

NATALIA GUIMARÃES DE LIMA

BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE PARA O ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO
2000-2010

Monografia apresentada para a obtenção
parcial do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas do Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Motta
Correa

CURITIBA
2013

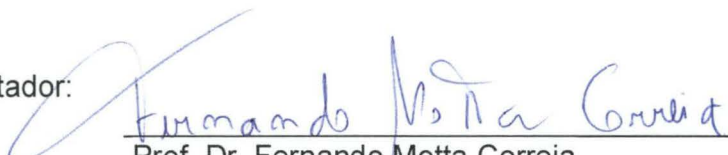
TERMO DE APROVAÇÃO

NATALIA GUIMARÃES DE LIMA

BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE PARA O ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO
2000-2010

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Fernando Motta Correia
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof. Dr. Mariano de Matos Macedo
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof. ~~Dr.~~ Adriana Sbicca Fernandes
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, _____ de _____ de _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, primeiramente, pela oportunidade. Agradeço aos meus pais, Terezinha Leal Guimarães e Cícero Maurício de Lima e meu irmão, Lucas Maurício Guimarães de Lima pelo apoio, paciência, dedicação e acima de tudo, pela referência que são em minha vida.

Agradeço também aos meus amigos pelo apoio e por sempre me ajudarem nos momentos difíceis.

Finalmente, esta monografia não teria sido possível sem a orientação de Fernando Motta Correa a quem devo meu agradecimento especial.

“Estas alegrias violentas têm fins violentos
Falecendo no triunfo como fogo e pólvora
Que num beijo se consomem.”
Romeu e Julieta, Ato II, Cena VI

“O problema político da humanidade é combinar três questões:
eficiência econômica, justiça social e liberdade individual”.
J. M. Keynes, 1926

RESUMO

Trata da análise dos efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a pobreza e indigência nas dez mesorregiões do estado do Paraná. O estudo propõe identificar disparidades internas do Estado. Pretende-se demonstrar o comportamento da pobreza após a introdução do PBF. Foram consultados o número de beneficiados do Programa Bolsa Família, desde sua introdução em 2004 até o ano de 2010, bem como o desembolso do programa no mesmo período. Também foram analisados o número de pobres e indigentes de acordo com o censo demográfico de 2000 e de 2010. Essa análise permite afirmar que houve significativa diminuição da pobreza e indigência no Estado do Paraná no período analisado.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Pobreza. Indigência. Paraná. Mesorregiões.

ABSTRACT

This analysis of the effects of the Bolsa Família Program on poverty and indigence in the ten mesoregions state of Paraná. The study proposes to identify disparities internal state. It is intend to demonstrate the behavior of poverty after the introduction of Bolsa Família Program. Were consulted the number of beneficiaries of the Bolsa Família Program, since its introduction in 2004 until the year 2010, as well as the disbursement of the program in the same period. It also analyzed the number of poor and indigent in accordance with the census 2000 and 2010. This analysis allows us to state that there was a significant reduction in poverty and extreme poverty in the state of Paraná in the analyzed period.

Keywords: Bolsa Família Program. Poverty. Indigence. Paraná. Mesoregions.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS: 2004 A 2010	28
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO ANUAL DA TAXA DE CRESCIMENTO DOS BENEFICIÁRIOS.....	29
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MESORREGIÕES NO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PBF NO PARANÁ.....	30
GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO DAS MESORREGIÕES NO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA NO PERÍODO DE 2004-2010.....	31
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO DESEMBOLSO: 2004-2010.....	31
GRAFICO 6 – EVOLUÇÃO DA TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO DESEMBOLSO	32
GRAFICO 7 – PARTICIPAÇÃO DAS MESORREGIÕES NO DESEMBOLSO TOTAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: 2004-2010	33
GRAFICO 8 – TOTAL DE DESEMBOLSO POR REGIÃO: 2004-2010.....	34
GRÁFICO 9 – NÚMERO DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2000.....	37
GRÁFICO 10 – PORCENTAGEM DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2000.....	38
GRÁFICO 11 – NÚMERO DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2010.....	39
GRÁFICO 12 – PORCENTAGEM DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2010.....	40
GRÁFICO 13 – RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL <i>PER CAPITA</i> NAS MESORREGIÕES PARANAENSES NO ANO 2000	42
GRÁFICO 14 – RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL <i>PER CAPITA</i> NAS MESORREGIÕES PARANAENSES NO ANO 2000	43
GRÁFICO 15 – AUMENTO DA RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL <i>PER CAPITA</i> ENTRE 2000 E 2010.....	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2000.....	36
TABELA 2 – PORCENTAGEM DE POBRES E INDIGENTES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2000.....	37
TABELA 3 – NÚMERO DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2010.....	39
TABELA 4 – PORCENTAGEM DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2010.....	40
TABELA 5 – RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL <i>PER CAPITA</i> NAS MESORREGIÕES PARANAENSES NO ANO 2000.....	42
TABELA 6 – RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL <i>PER CAPITA</i> NAS MESORREGIÕES PARANAENSES NO ANO 2010.....	43
TABELA 7 – AUMENTO DA RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL <i>PER CAPITA</i> ENTRE 2000 E 2010.....	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 POBREZA: DEFINIÇÃO E CONCEITUAÇÃO	13
2.1 TIPOS DE POBREZA.....	15
2.2 MENSURAÇÃO DA POBREZA.....	17
2.2.1 Linha de Pobreza	17
2.2.1. Pobreza Multidimensional	18
3 EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E O BOLSA FAMÍLIA	20
3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.....	20
3.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.....	21
3.2.1 Benefício de Prestação Continuada (BPC)	21
3.2.2 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).....	22
3.2.3 Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.....	22
3.2.4 Programa Bolsa Escola.....	23
3.2.5 Programa Bolsa-Alimentação.....	23
3.2.6 Programa Bolsa Renda.....	24
3.2.7 Auxílio-Gás.....	24
3.2.8 Programa Cartão Alimentação.....	25
3.3 O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E O NOVO FORMATO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	25
3.3.1 Evolução do Programa Bolsa Família no Paraná.....	28
4 EVOLUÇÃO DA POBREZA NO PARANÁ	35
4.1 POBREZA E INDIGÊNCIA NO PARANÁ.....	35
4.1.1 Análise de indivíduos indigentes e pobres no Paraná no ano 2000.....	36
4.1.2 Análise de indivíduos indigentes e pobres no Paraná no ano 2010.....	38
4.2 EVOLUÇÃO DA RENDA MÉDIA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> MENSAL NO PARANÁ.....	41
5 ANÁLISE DE RESULTADOS	45
6 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

O Paraná possui um dos menores índices de desigualdade da distribuição de renda no Brasil. O coeficiente de *gini*, que mede o grau de desigualdade, e com variação entre zero e um (quanto mais próximo de um, maior a desigualdade), é de 0,487 no Estado. (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Apesar de o Estado do Paraná, em comparação com outros Estados brasileiros, apresentar bons índices de concentração de renda, o que pode ser observado é que há muitas disparidades internas. Analisando as dez mesorregiões em que o estado é dividido geograficamente, existe grande divergência no que tange à pobreza entre os indivíduos do Estado.

A pobreza é um fenômeno multidimensional, que possui distintos significados, e todos eles podem ser mutuamente excludentes. De forma generalizada, a pobreza associa-se à renda ou a baixa renda. Mas podemos considerar a pobreza como uma síndrome situacional em que se associa baixo consumo, desnutrição, habitação precária, nível educacional baixo, más condições sanitárias, inserção instável ao aparato produtivo, atitudes de anomia e desânimo, e pouca participação na sociedade em que este indivíduo está inserido.

Na década de 1990 foram implementados no Brasil Programas de Transferência de Renda com o objetivo de transferir recursos monetários para indivíduos ou famílias, com o objetivo de se superar a situação de pobreza e vulnerabilidade social em que se encontram.

Dentre os programas, destaca-se o Programa Bolsa Família (PBF), que foi criado em 2004, a fim de centralizar, em âmbito federal e em um só programa, todos os outros programas remanescentes de transferência monetária. O PBF ao transferir renda para as famílias pobres e indigentes provoca um aumento na renda dessas famílias. Desta forma, contribui para que haja uma diminuição de indivíduos na situação de pobreza e extrema pobreza.

O presente estudo procura analisar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a redução da pobreza e indigência no Paraná. Para isso, compara-se a evolução do programa no Estado, distribuído por mesorregião, com a diminuição do número de indivíduos pobres e indigentes, além do aumento da renda domiciliar *per capita* mensal. Utiliza-se a evolução dos dados do número de beneficiários e do

desembolso do programa por mesorregião, desde sua implantação. E também dados da evolução da pobreza, indigência e renda domiciliar *per capita* de acordo com os censos de 2000 e de 2010.

Esse trabalho indica que o Programa Bolsa Família provoca um impacto positivo na diminuição da pobreza no Estado do Paraná. O que se pode observar é que dentre as dez mesorregiões há uma diferença significativa na distribuição do programa, e que nem sempre é direcionado de forma eficiente no Estado.

Assim, a estrutura do trabalho foi dividida em cinco capítulos além dessa introdução.

No capítulo dois é apresentada uma discussão sobre a dificuldade da conceituação da pobreza, além de demonstrar os tipos de pobreza e como mensurar essa pobreza.

No capítulo três é realizada uma abordagem dos programas de transferência de renda, a origem e evolução desses programas no Brasil, além de explicar o novo formato desses programas, o Bolsa Família, que pode concretizar e expandir o alcance às famílias mais necessitadas. Além disso, demonstra a evolução do programa nas mesorregiões do Estado do Paraná.

No capítulo quatro é apresentada a evolução do número de pobres e indigentes nas mesorregiões do Paraná de acordo com os dois censos: 2000 e 2010. Também demonstra o aumento na renda domiciliar mensal per capita dos dois períodos analisados.

No capítulo cinco apresentam-se os resultados do estudo, através da análise do impacto das transferências do Programa Bolsa Família nas mesorregiões do Paraná.

Finalmente, no capítulo seis, é realizada a conclusão do estudo com base nos resultados obtidos.

2 POBREZA: DEFINIÇÃO E CONCEITUAÇÃO

A pobreza é um fenômeno multidimensional que acompanha a humanidade desde os seus primórdios, sua definição científica e intelectual sofreu alterações ao decorrer da história, sendo assim, torna-se difícil defini-la de forma abrangente e eficaz.

Este fenômeno possui distintos significados, por isso há uma grande dificuldade em mensurá-lo, sendo que todas as interpretações podem ser mutuamente excludentes, ainda que várias possam ser aplicadas de uma vez só e outras não possam ser aplicadas em todas as situações. A grande dificuldade em conceituar a pobreza se refere aos diferentes níveis em que as pessoas podem ser classificadas, de acordo com as suas necessidades (SILVA, 2004).

A interpretação tradicional da pobreza, que vigorou até meados do século XIX, é de que seria uma condição natural e inevitável para a maior parte da humanidade, e apenas considerada um problema social caso a população pobre se tornasse inconformada com a situação em que se encontrava. (SCHWARTZMAN *apud* MARTINI, 2009, p. 7). A preocupação com esse fenômeno tomou maior proporção no século XIX, com a Revolução Industrial, que provocou profundas transformações na estrutura social. A partir da década de 1930, o bem-estar social e as políticas sociais voltadas para o combate à pobreza obtiveram grande enfoque, na tentativa de se alcançar o desenvolvimento socioeconômico. (MARTINI, 2009, p. 7).

A pobreza pode ser considerada como ausência de possibilidade de escolha, de falta de recursos ou de deterioração de condições de vida. Quanto às condições básicas como saúde, habitação, alimentação e educação, aquele que se vê afastado desses recursos não sofre apenas uma privação, mas também uma diminuição dos direitos humanos e de cidadania. (FREITAS, 2010, p. 3).

Para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a pobreza pode ser definida como uma síndrome situacional em que se associa baixo consumo, desnutrição, habitação precária, nível educacional baixo, más condições sanitárias, inserção instável ao aparato produtivo, atitudes de anomia e desânimo, e pouca participação nos mecanismos de integração social. Consiste a situação dos domicílios que não reúnem de forma estável os recursos necessários para satisfazer

as necessidades básicas de seus membros e desta forma eles se expõem a déficits em seu desenvolvimento físico e psicológico, com insuficiências de aprendizagem de habilidades socioculturais que podem incidir em uma redução progressiva de suas capacidades de obtenção de recursos, gerando mecanismos reprodutores da pobreza. Nesse sentido, a preocupação maior para a CEPAL refere-se à subsistência básica e aspectos relacionados a moradia e higiene, para que as pessoas possam desenvolver habilidades físicas e psicológicas para que possam se inserir na sociedade.

Um aspecto intimamente ligado à pobreza é a exclusão social, uma desarticulação entre o indivíduo e a sociedade. Coexistem com a exclusão social diferentes fenômenos sociais, como o desemprego, marginalidade e discriminação. A exclusão origina situações de ruptura de coesão social, caracterizando-se como uma acentuada privação de recursos materiais e sociais. O excluído não consegue configurar uma identidade social no trabalho, na família ou na sociedade. (FREITAS, 2010, p. 4). A pobreza é encarada como uma forma depreciativa, levando os indivíduos que se encontram nessa situação vítimas da exclusão social.

A privação também se relaciona com a pobreza, na medida em que essa privação acontece em termos materiais, sociais, culturais ou de acesso a determinados recursos. As privações resultam da pobreza e esta, por sua vez, resulta da falta de renda e de outros recursos. Desta forma, com tais recursos, as pessoas obteriam as condições de vida com as quais poderiam participar normalmente da vida social. As privações mudariam no tempo e no espaço, em função daquilo que é produzido por cada sociedade. (TOWNSEND *apud* NÓBREGA, 2008, p.38). De acordo com Sen (*apud* NÓBREGA, 2008), a pobreza deve ser encarada como privação de capacidades básicas, em vez de meramente considerar como pobre, quem possui baixo nível de renda, um critério tradicional de identificação da pobreza. O autor ainda destaca que a relação entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos, ou seja, o impacto sobre a pobreza é contingente e condicional.

O nível da desigualdade social é inerente à evolução da pobreza, na medida em que a pobreza é reveladora de desigualdades no acesso aos bens essenciais e quanto maior o nível de desigualdade, a profundidade da pobreza provavelmente é mais significativa. (SALAMA, 2010, p. 12). Por outro lado, a pobreza é um conceito que se aplica a um indivíduo independentemente das pessoas que o rodeiam,

enquanto a desigualdade implica em uma comparação, ou seja, é necessário recorrer a instrumentos estatísticos. Nesse sentido, o conceito de equidade também reflete na pobreza, pois de acordo com este princípio, todo indivíduo deveria, enquanto parte da sociedade, ter o direito a necessidades básicas.

2.1 TIPOS DE POBREZA

A pobreza é um fenômeno complexo, que pode ser definido genericamente como a situação em que as necessidades não são atendidas adequadamente. Para que se possa operacionalizar essa noção vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual o nível de atendimento que pode ser considerado conveniente. (ROCHA *apud* MARTINI, 2009, p. 7). Desse modo, a identificação da pobreza depende do critério de definição e mensuração adotadas.

A evolução do conceito de pobreza dá origem a diferentes dicotomias: pobreza absoluta e pobreza relativa que se referem à pobreza objetiva; e pobreza subjetiva. (HAGENARS & DE VOS *apud* MARTINI, 2009, p. 8). A pobreza absoluta expõe o nível sob o qual as pessoas estão absolutamente empobrecidas. A pobreza relativa reflete os padrões de vida que prevalecem na sociedade em questão.

Considera-se que a pobreza absoluta ocorre quando o indivíduo, pela falta no atendimento das suas necessidades básicas, corre o risco de vir a perecer. Este conceito visa estabelecer um padrão mínimo de sobrevivência. (SILVA, 2000). A noção de pobreza absoluta se refere que ser pobre é ter menos do que um padrão mínimo, objetivamente definido, em termos de consumo, relacionado diretamente com questões de sobrevivência física. (MARTINI, 2009, p. 8-10). Para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a pobreza absoluta pode ser caracterizada por uma grave privação de elementos vitais para a existência de um ser humano, como comida, água potável, instalações, saneamento, saúde, habitação, educação e informação. Nesse sentido, a pobreza não irá depender apenas dos valores recebidos, mas também da possibilidade do acesso aos serviços sociais. A crítica para essa abordagem seria no sentido de que mesmo as necessidades mais básicas de alimentação são relativas e as necessidades humanas não são apenas físicas, já que os seres humanos são racionais e sociais.

A noção de pobreza relativa se refere que ser pobre significa ter menos posses do que os outros membros da sociedade, afetando questões de convívio social. (MARTINI, 2009, p. 8-10). A concepção de pobreza como não satisfação de necessidades possui um caráter de relatividade social e cultural, de forma que a estrutura de recursos varia regionalmente e internacionalmente. A crítica à abordagem de pobreza relativa defende que a pobreza deve ser vista como absoluta, para que seja possível distinguir situações de privação extrema das outras, considerando padrões distintos e adaptáveis a situações em questão. (FREITAS, 2010, p. 8). Para Townsend (apud Nóbrega, 2008, p. 38), os indivíduos são dependentes da maneira como as utilidades e facilidades, fornecidas como condições de vida, são socialmente elaboradas; de forma que a quantidade, o tipo e o custo das mesmas dependem das regras sociais, dos costumes e da maneira como cada sociedade as produz. Se as privações acontecem no âmbito social, então a linha monetária seria relativa. Desta forma, a pobreza seria algo relativo e apresenta múltiplas formas. Para o autor, há a necessidade de se definir objetivamente uma linha de pobreza relacionada a renda monetária, quanto o que pode ser equivalente a ela. Assim, estariam representados os recursos com os quais as pessoas poderiam obter as condições de vida e ao mesmo tempo, seria definido a esfera com relação a qual as privações seriam entendidas.

Para a pobreza subjetiva, há três definições principais: primeiro, pode-se considerar pobres indivíduos que afirmaram que possuem menos recursos que o suficiente; segundo, concilia-se essa noção com o princípio de que a pobreza é observada pela pesquisa entre cada família da população, a respeito de quais são as suas necessidades básicas, comparando com a renda real disponível; por fim, ser pobre é entendido como ter um sentimento individual de possuir menos que o necessário para cumprir os compromissos sociais vigentes que cada indivíduo apresenta. (MARTINI, 2009, p. 10). Ou seja, a pobreza subjetiva é como cada indivíduo se autodenomina pobre se sentir que não possui o suficiente para satisfazer suas necessidades.

2.2 MENSURAÇÃO DA POBREZA

2.2.1 Linha de Pobreza

A linha de pobreza é um importante instrumento de medição e análise deste fenômeno. Porém, é necessário definir este instrumento e demonstrar como atua. De forma geral, pode ser vista como um patamar de referência em que se define se um indivíduo deve ser considerado ou não pobre.

A construção de uma linha de pobreza absoluta é realizada a partir de enquetes que estabelece a composição de uma cesta de bens de consumo que permita adquirir certo nível de calorias. Quando convertida em preço, essa cesta indica o nível de renda de estrita reprodução que define a pobreza extrema (indigência). Para o Banco Mundial, a linha de pobreza é definida de forma diferente, os indigentes (pobreza extrema) são os indivíduos que recebem menos de um dólar americano por dia, calculado a partir de uma taxa de câmbio particular, chamada de paridade de poder de compra (PPC). Aqueles que recebem menos de dois dólares por dia, em termos de PPC, ainda são considerados pobres. A classificação dos indivíduos como pobres ou não pobres e a avaliação consecutiva da evolução da pobreza sofrem uma ausência de transparência, pois certas evoluções refletem mais as mudanças técnicas de avaliação do que uma mudança real de situação. (SALAMA, 2008). Para definir a linha de pobreza relativa, é necessário levar em conta todas as questões de medição da linha de pobreza absoluta e relaciona-las com os costumes, padrões de vida e atividades correntes na sociedade. (FREITAS, 2010). Segundo Bandeira & Melo (2005), o ponto de partida para a construção da linha de pobreza e indigência é a renda, especificamente a renda familiar, pois se entende que a família é uma unidade de consumo e de rendimento.

Quando a única preocupação com a mensuração monetária da pobreza é levar em conta especificamente os aspectos nutricionais, é denominado linha de indigência ou de pobreza extrema. Quando se leva em consideração aspectos mais amplos de necessidades, trata-se da chamada linha da pobreza. Desta forma, os parâmetros são utilizados para distinguir na população dois subgrupos, de acordo com a renda: indigentes e não indigentes, respectivamente, quando se trata da linha

de indigência e pobres e não pobres, quando se utiliza a linha de pobreza. (Rocha, 2003).

O uso de linhas de pobreza para a definição da pobreza possui três aplicações principais na definição de políticas públicas de bem-estar. Primeiro, quando as linhas de pobreza aplicam-se a indivíduos ou famílias, pode fornecer um critério para elegibilidade em relação a programas sociais focalizados. Segundo, quando aplicadas a regiões geográficas, serve como um critério para a definição da prioridade de investimentos públicos. Por fim, quando aplicadas a populações específicas dentro de uma sociedade, serve como critério de definição de estruturas políticas específicas contra a pobreza. (SCHWARTZMAN apud MARTINI, 2009).

Entretanto, é importante destacar que se um indivíduo se encontra em uma situação afastada da linha de pobreza, não significa que ele não sofra privações graves ou iguais àquele que está dentro dos padrões da linha de pobreza. Nesse sentido, uma linha de pobreza é um instrumento de orientação e fornece respostas aproximadas que refletem a realidade social. (FREITAS, 2010, p. 11).

2.2.1. Pobreza Multidimensional

Os índices multidimensionais diferenciam-se da abordagem da pobreza vista como insuficiência de renda por três motivos: primeiro, os parâmetros envolvidos nos cálculos dos índices multidimensionais referem-se a resultados, como mortalidade, morbidade, e alfabetização da população residente no território em questão; não a meios de alcançar o bem-estar, como número de médicos, hospitais e escolas. Segundo, os índices multidimensionais referem-se à sociedade de forma geral e não a sub-amostras, permitindo, assim, avaliar o progresso do bem-estar social ao longo do tempo e em comparação com países e regiões. Terceiro, esses índices reconhecem a relação entre as diversas formas de carência observadas sobre o bem-estar. (MARTINI, 2009, p. 23).

O índice multidimensional de bem-estar mais utilizado nas últimas décadas é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois distingue conceitos de pobreza pela renda, entendida como a proporção da população que vive com menos de um dólar por dia, e a pobreza humana, conceito que envolve a restrição de rendimentos

das famílias somada à falta de capacidades. Ou seja, o IDH inclui medidas de renda *per capita*, de escolaridade e de expectativa de vida para a população que está sendo utilizada como objeto de estudo.

Outro índice que se pode destacar é o Índice de Pobreza Humana (IPH), que envolve apenas indicadores sociais, bem como cálculos distintos para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os indicadores sociais incluídos neste índice são: proporção de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos na população, proporção de adultos analfabetos e a média simples entre a proporção da população sem acesso à água tratada e a proporção de crianças de até cinco anos com peso abaixo do medicamento ideal. (MARTINI, 2009, p.24).

Uma alternativa para se mensurar a pobreza multidimensional é o uso dos chamados conjuntos *fuzzy*, que consistem na agregação de vários indicadores de bem-estar em um único índice. Esse conjunto permite a definição do status da pobreza para indivíduos que são considerados pobres em algumas dimensões estudadas, mas não em todas. (MARTINI, 2009, p. 25).

É importante ressaltar que a busca pelo índice ideal multidimensional que pode vir a evidenciar situações concretas de pobreza podem ser monitoradas de forma mais adequada por indicadores concebidos em função das condições específicas verificadas. Em cada país ou subáreas de um mesmo país, a abordagem adequada depende da feição que o fenômeno da pobreza assume e das possibilidades concretas de política pública. (ROCHA *apud* MARTINI, 2009, p. 24).

3 EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E O BOLSA FAMÍLIA

Este capítulo visa explicar a conceituação, a gênese e a evolução dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, com um enfoque especial no Programa Bolsa Família. Assim, o capítulo está dividido em três seções. No primeiro, seção 3.1, haverá uma conceituação dos Programas de Transferência de Renda e a gênese de seu surgimento. Na seção 3.2 serão levantados os primeiros Programas de Transferência de Renda do Brasil. Na seção 3.3, a abordagem é referente à nova formulação dos Programas de Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família. As especificidades e condicionalidades destes programas são de extrema importância para a posterior análise dos impactos destes na distribuição de renda no Paraná.

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

O Brasil por muitos anos seguiu a linha das políticas liberalistas dos países desenvolvidos que pregam a redução do estado na economia, resultando no aprofundamento do processo de concentração de riquezas, gerando pobreza e desigualdade social. (RIBEIRO, 2009, p. 10). A Constituição Federal de 1988 ressaltou o papel das políticas sociais do governo, trazendo avanços para a formação de uma rede social de proteção para as pessoas mais necessitadas. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Na década de 1990, políticas sociais ganham nova ênfase e um grande avanço com Programas de Transferência de Renda. Estes programas podem ser entendidos como uma resposta do Governo Federal em face de um elevado grau de desigualdade de renda no país que se manteve elevada e estável em diferentes condições econômicas do país. (ROCHA, 2005, p. 156).

Os programas visam à transferência monetária para indivíduos e famílias para que se possa superar a pobreza e vulnerabilidade social em que se encontram.

(MUNIZ, 2008, p. 31). Aliado à transferência monetária, estes programas são condicionados à exigência de contrapartidas da família beneficiada. Através destas condicionalidades, estas famílias terão acesso a direitos universais, como educação e saúde – com a exigência da frequência escolar e com a exigência do cartão de vacinação das crianças. (FERRAZ, 2008).

3.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

3.2.1 Benefício de Prestação Continuada (BPC)

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício da Política de Assistência Social e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. O BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), lei nº. 8.742, de 07/12/1993; pela lei nº. 12.435 de 06/07/2011 e a lei nº. 12.470 de 31/08/2011, alterando dispositivos da LOAS, e pelo Decreto nº. 6.214 de 26/11/2007 e o Decreto nº.6.564 de 12/09/2008.

O Benefício de Prestação Continuada é um benefício individual, intransferível e não vitalício que assegura ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo. Em ambos os casos, deverão comprovar que não possuem meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família e a renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente.

Os recursos para o custeio do BPC provêm da Seguridade Social, sendo administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e repassado ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

3.2.2 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituído em 1996, com o objetivo de eliminar o trabalho infantil e manter as crianças e os adolescentes na escola, por meio da complementação da renda familiar. O PETI possui parceria com vários setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil.

O programa destina-se as famílias que tenham renda per capita mensal superior a R\$140,00 e que tenham filhos com idade inferior a 16 anos nas diversas situações de trabalho. O valor do auxílio é de R\$25,00 por criança, nos municípios que tenham menos de 250 mil habitantes e que residam na área urbana ou rural; e R\$40,00 por criança, nos municípios que tenham mais de 250 mil habitantes e residam na área urbana.

Dentre os benefícios gerados pelo PETI, podemos destacar o apoio e orientação às famílias beneficiadas que participam de ações socioeducativas; o incentivo à ampliação do universo do conhecimento da criança e do adolescente, devido a atividades culturais, desportivas e de lazer realizadas; estimula a mudança de hábitos e de atitudes das famílias na relação com a escola e a comunidade; cria parcerias com agentes públicos que garantam ações no que diz respeito à oferta de programas e projetos de geração de renda e trabalho, com formação e qualificação profissional, assessoria técnica e crédito popular. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013).

3.2.3 Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, implantado em 2001, tem como objetivo, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, promover atividades continuadas que proporcionem ao jovem capacitação teórica e prática, por meio de atividades que permitam sua permanência no sistema de ensino, preparando-o para sua inserção no mercado de trabalho.

O público-alvo do programa são jovens entre 15 e 17 anos pertencentes à famílias de baixa renda; que prioritariamente estejam fora da escola; que participem

ou tenham participado de outros programas sociais; que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; que sejam egressos e que estejam sob medida protetiva e socioeducativa; oriundos de programas de atendimento à exploração sexual comercial de menores. Esses jovens irão receber um auxílio no valor de R\$65,00 ao mês, a concessão da bolsa depende de frequência mínima de 75% na atividade de ensino na qual o jovem está inserido e na capacitação teórico-prática pertinente ao projeto.

3.2.4 Programa Bolsa Escola

O Programa Bolsa Escola foi instituído em junho de 2001 com o objetivo de transferir renda às famílias carentes para combater o trabalho infantil e a evasão escolar. Os beneficiários do programa são crianças de 7 a 14 anos, com renda mensal familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo. O valor do benefício é de R\$15,00 por beneficiários, em um máximo de três filhos por família. É necessário que as crianças e adolescentes tenham uma frequência mínima de 85%. (MUNIZ, 2008, p. 35-36).

3.2.5 Programa Bolsa-Alimentação

O Programa Bolsa Alimentação, criado em 2001 pelo Ministério da Saúde, tinha como público-alvo famílias com renda mensal *per capita* de até R\$90,00, com presença de gestantes, nutrizes e crianças entre 0 (zero) e 6 (seis) anos de idade. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE À FOME, 2013). O benefício concedido é de R\$15,00 por beneficiário, com um máximo de três por família, com contrapartida a obrigatoriedade de vacinação das crianças, de frequência ao pré-natal para as gestantes e acompanhamento médico após o nascimento da criança. (MUNIZ, 2008, p. 36).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à fome, não entram novas famílias no programa desde outubro de 2003, início do

Programa Bolsa Família. O perfil das famílias será avaliado, aquelas que se enquadrarem nas regras do Programa Bolsa Família (desde que possuam cadastro atualizado), sofrerão migração para o Programa Bolsa Família, as demais irão permanecer no Programa Bolsa-Alimentação até que as crianças completem a idade máxima, 6 (seis) anos.

3.2.6 Programa Bolsa Renda

O Programa Bolsa-Renda surgiu em 2001, gerido pelo Ministério da Integração Nacional, como programa emergencial para atender famílias situadas em regiões em estado de calamidade pública reconhecida pelo governo federal, com público-alvo agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nestes locais. O benefício concedido é de até R\$60,00 por família. (MUNIZ, 2008, p. 37).

3.2.7 Auxílio-Gás

O Auxílio-Gás é um programa do Ministério das Minas e Energia (MME), regulamentado em 2002, que tinha por objetivo transferir R\$15,00 a cada dois meses para famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE À FOME, 2013).

Este programa foi instituído com a finalidade de compensar as famílias de baixa renda pelo fim do subsídio indireto ao preço do gás de cozinha, promovendo a total abertura do mercado de combustíveis no país. (MUNIZ, 2008, p. 36).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, não entram novas famílias no programa desde outubro de 2003, início do Programa Bolsa Família. Encerrou-se em 2008 a validade dos benefícios concedidos no âmbito do Programa Auxílio Gás, houve a migração das famílias beneficiárias para o Programa Bolsa Família e atenderá cumulativamente aos critérios: perfil do Programa Bolsa Família, possibilidade de crescimento do

município segundo a estimativa de pobreza e a disponibilidade orçamentária do período.

3.2.8 Programa Cartão Alimentação

O Programa Nacional de Acesso à Alimentação – Cartão Alimentação foi instituído em 2003, com público-alvo famílias com renda entre R\$50,01 e R\$100,00, sem crianças ou adolescentes na faixa etária de 0 a 15 anos. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE À FOME, 2013).

O programa tem como objetivo transferir renda para a compra de alimentos por meio de um cartão magnético, sendo gerido pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). (MUNIZ, 2008, p. 37). Não entram novas famílias no programa desde outubro de 2003, início do Programa Bolsa Família.

3.3 O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E O NOVO FORMATO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O Programa Bolsa-Família (PBF) é considerado um novo formato dos Programas de Transferência de Renda, pois colocou fim a toda a estrutura de programas que funcionavam em paralelo. Reúne os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás. Essa unificação permitiu que outras famílias em igual situação de pobreza, que não se enquadravam em nenhum dos programas remanescentes, também pudessem ser beneficiadas, além da ampliação da cobertura para todos os municípios brasileiros (RIBEIRO, 2009, p. 13).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS), a apuração das famílias para o PBF é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), instrumento de coleta de dados que identifica todas as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único permite identificar a

realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, características do domicílio, formas de acesso a serviços públicos e dados dos componentes da família.

Por meio de um sistema informatizado, o Governo Federal consolida os dados no Cadastro Único. Desta forma, o poder público pode formular e implementar políticas específicas que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão inseridas. O Cadastro Único atualmente possui mais de 21 milhões de famílias inscritas e é coordenado pelo MDS, devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários sociais.

O Bolsa Família dispõe de benefícios financeiros que são transferidos mensalmente às famílias, e para o recebimento são considerados a renda mensal per capita da família, o número de crianças e adolescentes até 17 anos e a existência de gestante e nutrízes. Os benefícios do Bolsa Família variam em valores e também de acordo com as características da família:

- Benefício Básico: valor repassado mensalmente é de R\$70, concedido às famílias com renda mensal de até R\$70 per capita, mesmo não tendo crianças, adolescentes, jovens, gestantes e nutrízes;
- Benefício Variável: o valor é de R\$32, concedido às famílias com renda mensal de até R\$140 per capita, desde que tenham crianças, adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrízes. Cada família pode receber até 5 (cinco) Benefícios Variáveis, ou seja, R\$160,00.
- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ): o valor de R\$38 é concedido a todas as famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até 2 (dois) BVJs, ou seja, R\$76.
- Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE): pago às famílias dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, cuja transferência para o Bolsa Família causasse perdas financeiras;
- Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP): pago às famílias com crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, que mesmo recebendo benefícios financeiros do Programa Bolsa Família continuam em situação de pobreza extrema (renda *per capita* mensal de até R\$70). O valor do benefício corresponde ao necessário para que a família supere os R\$70 mensais por pessoa.

Para receber os benefícios do Bolsa Família as famílias assumem compromissos sociais, que são as condicionalidades do programa. As

condicionalidades são compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do PBF, quanto pelo poder público. De um lado, as famílias devem assumir e cumprir compromissos para continuar recebendo o benefício, de outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

Com relação à saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes, devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da saúde e do bebê. A gestão do acompanhamento das condicionalidades na área da saúde é de responsabilidade do Ministério da Saúde (MS) e realizado pelas equipes de saúde dos municípios e estados.

No tocante à educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária e os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo 75%. A gestão do acompanhamento das condicionalidades na área da educação é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e realizado por profissionais da educação em todos os municípios do país e dos estados.

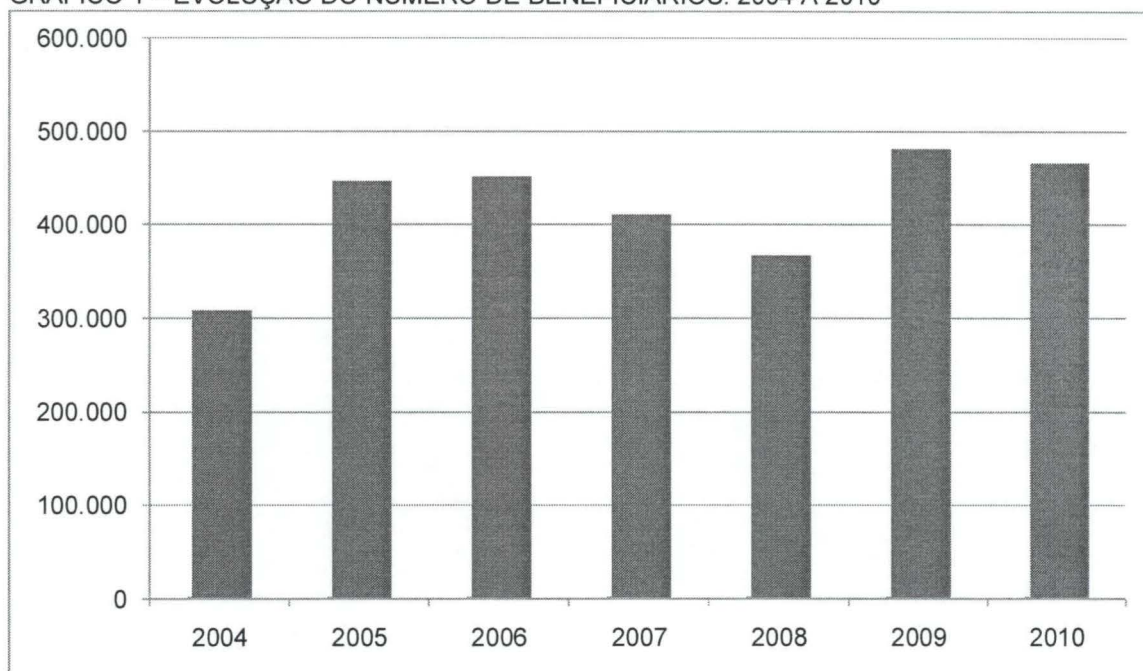
Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. A gestão do acompanhamento das condicionalidades de assistência social é realizado mensalmente pelo MDS.

O poder público deve fazer o acompanhamento para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A família que encontra dificuldades em cumprir as condicionalidades deve, além de buscar orientações com a equipe de assistência social. Quando esgotadas as chances de reverter o descumprimento das condicionalidades, a família pode ter o benefício do PBF bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado.

3.3.1 Evolução do Programa Bolsa Família no Paraná

De acordo com o Ipeadata, no ano de 2004 o Programa Bolsa Família cobriu 308.754 famílias, aumentando em 2010 para 466.607 famílias. O ano com o maior número de famílias beneficiadas foi o de 2009, total de 482.335.

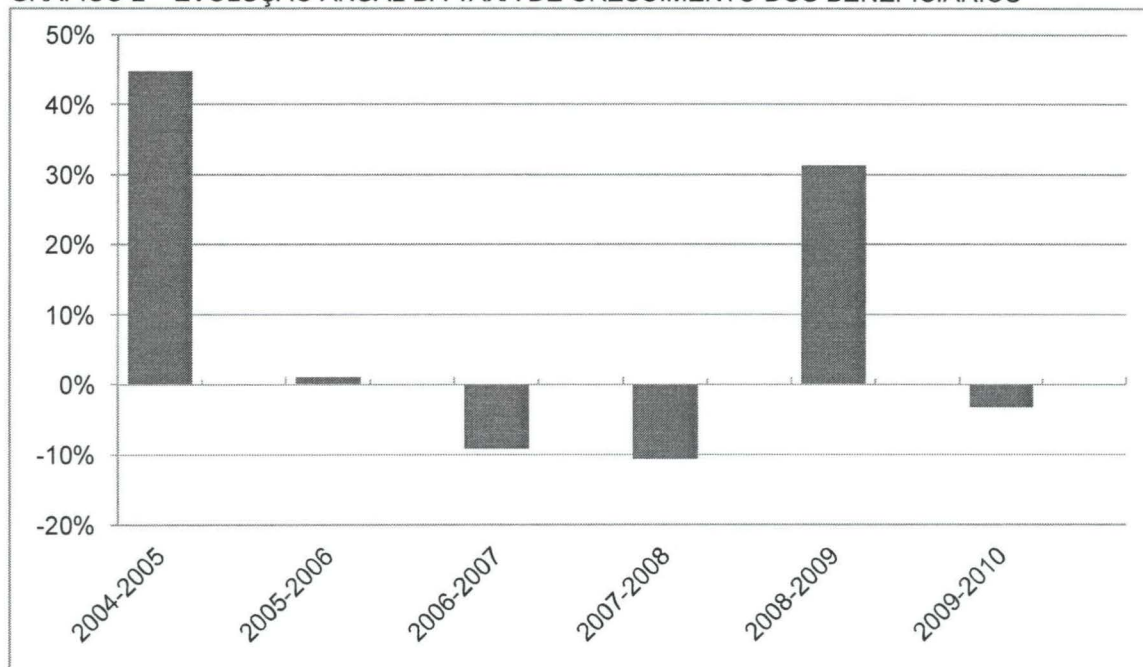
GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS: 2004 A 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipeadata.

Importante ressaltar que apesar da constante ampliação do número de beneficiários do programa, a maior taxa de crescimento total de beneficiários ocorreu de 2004-2005, total de 44,84%, com uma queda nos três períodos seguintes e um novo aumento no período de 2008-2009, com 31,34%, seguido por um novo declínio no período seguinte, conforme gráfico a seguir.

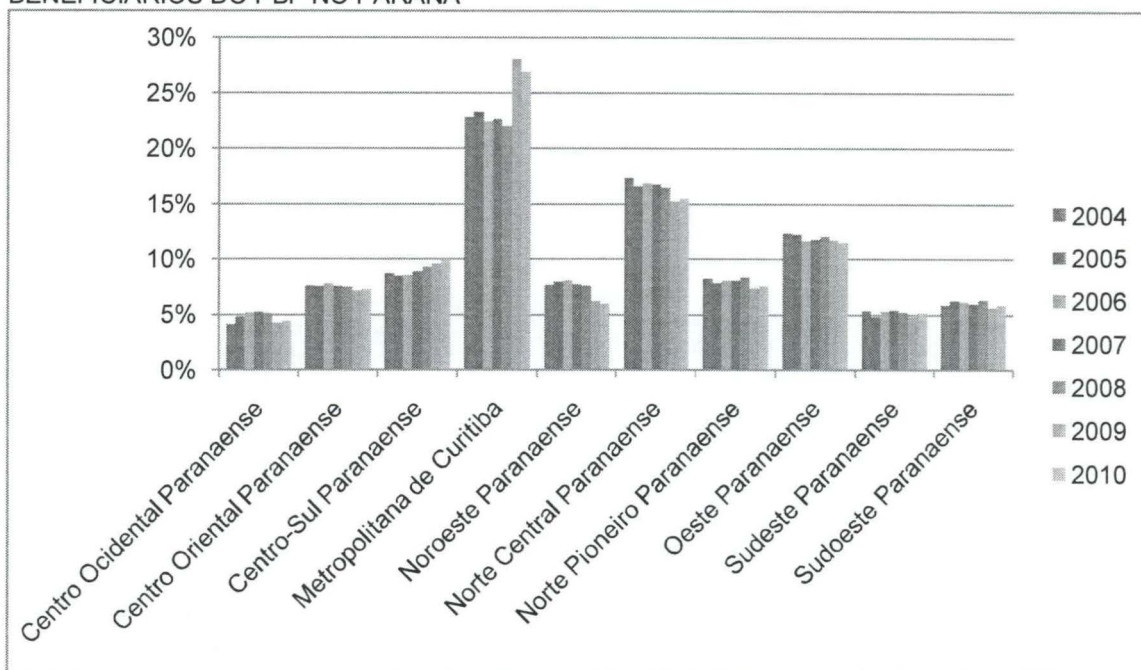
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO ANUAL DA TAXA DE CRESCIMENTO DOS BENEFICIÁRIOS



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipeadata.

Além da evolução do número de beneficiários do PBF como um todo, torna-se importante também a análise para as dez mesorregiões em que o estado é dividido geograficamente. Desta forma, pode-se mensurar como o programa é distribuído.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MESORREGIÕES NO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PBF NO PARANÁ

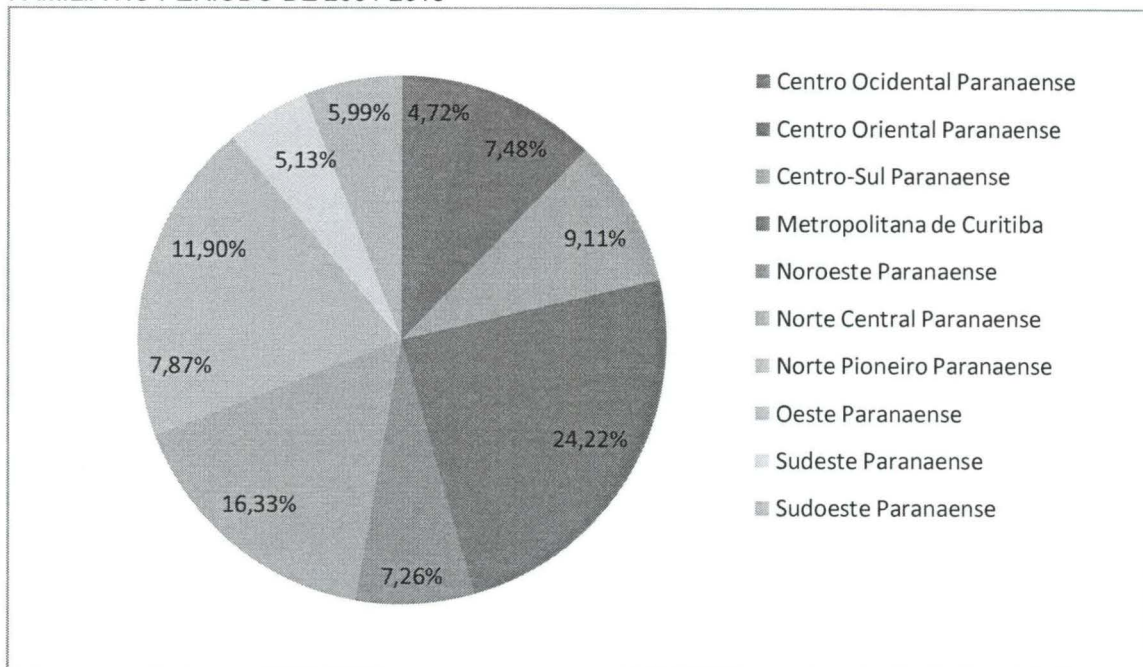


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipeadata.

Em todos os anos analisados a mesorregião com maior porcentagem de número de beneficiários foi a Metropolitana de Curitiba, com 23,46% em 2004, 23,95% em 2005, 23,32% em 2006, 23,34% em 2007, 22,44% em 2008, 27,32% em 2009 e 26,18% em 2010. Também em todos os anos analisados a mesorregião com menor porcentagem no número de beneficiados foi a Centro Ocidental Paranaense com 4,15% em 2004, 4,73% em 2005, 5,00% em 2006, 5,17% em 2007, 4,99% em 2008, 4,41% em 2009 e 4,51% em 2010.

Ao longo do período de 2004 a 2010, a Mesorregião Metropolitana de Curitiba teve o maior número de beneficiários em todos os anos analisados, representando 24,22% do total, seguido pela Mesorregião Norte Central Paranaense, com 16,33%. A Mesorregião Centro Ocidental Paranaense teve o menor número de beneficiários do total no período analisando, com um total de 4,72%.

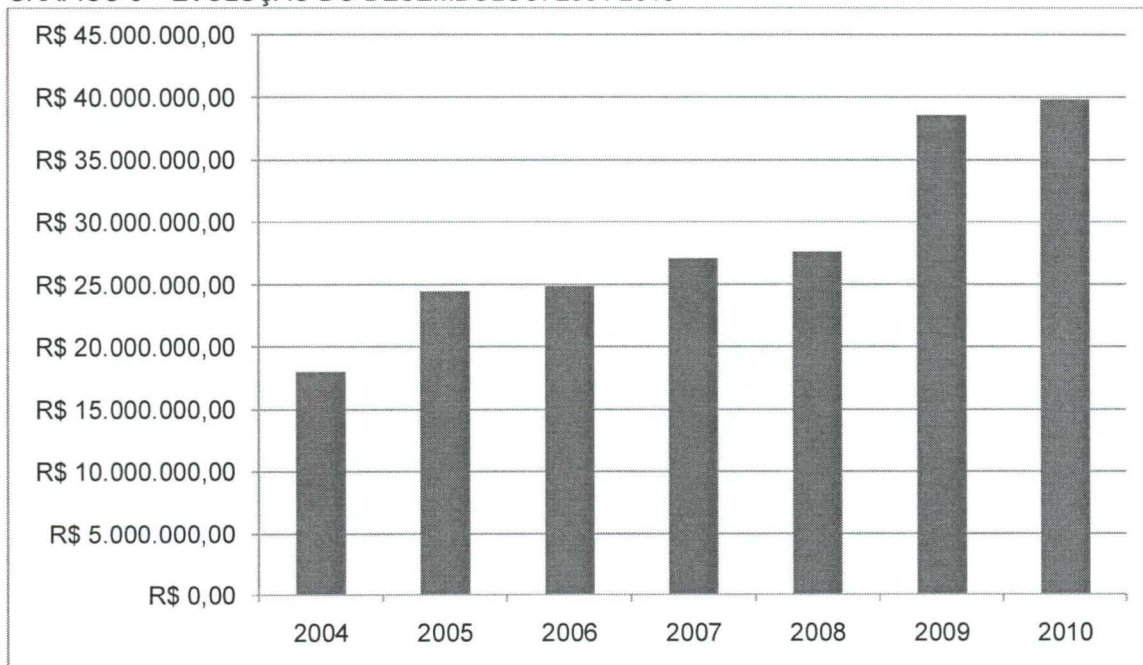
GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO DAS MESORREGIÕES NO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA NO PERÍODO DE 2004-2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipeadata.

O Programa Bolsa Família vem apresentando uma ampliação dos seus gastos totais, passando de R\$ 18.042.936,00 em 2004, para R\$ 39.847.943,00 em 2010, conforme gráfico a seguir:

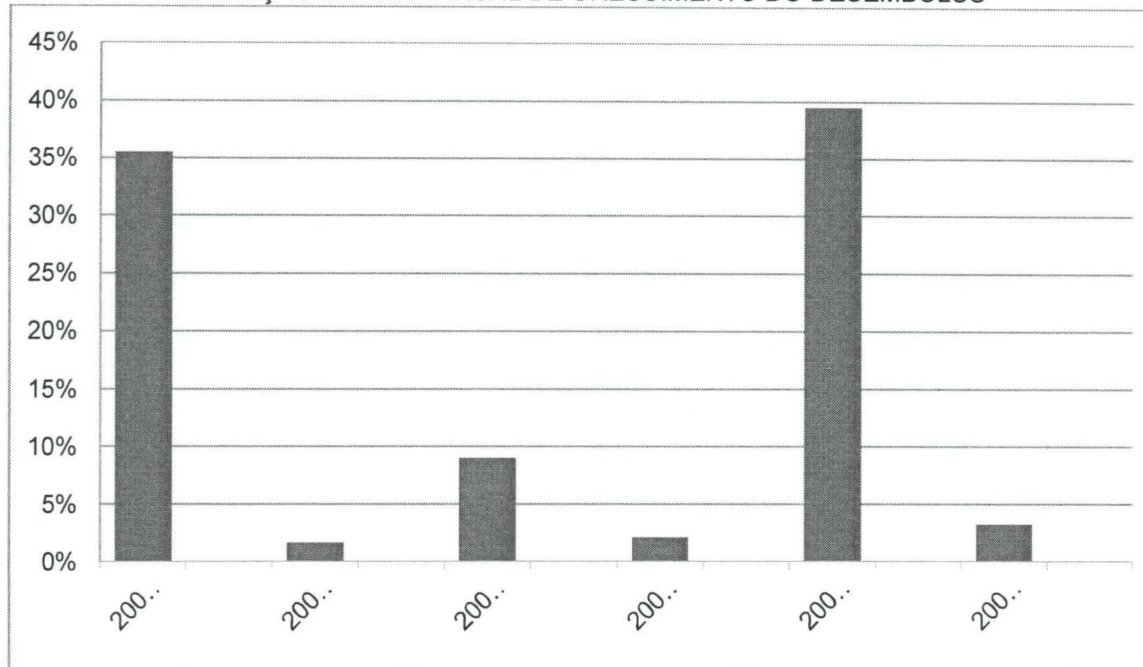
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO DESEMBOLSO: 2004-2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipeadata.

Apesar da ampliação dos gastos com o PBF, a maior taxa de crescimento do total de desembolso ocorreu de 2008-2009, taxa de 39,52%.

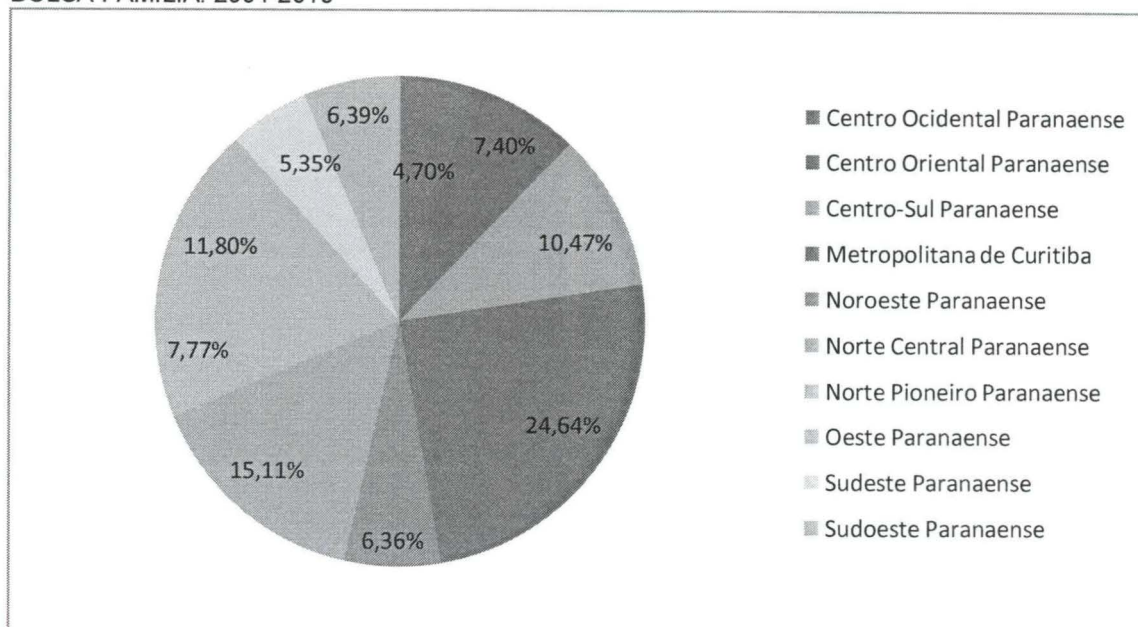
GRAFICO 6 – EVOLUÇÃO DA TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO DESEMBOLSO



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipeadata.

Importante destacar a evolução da cobertura do Programa nas Mesorregiões do Estado do Paraná. Assim como pôde ser observado no total da cobertura do benefício, a Mesorregião com maior desembolso no Estado é a Metropolitana de Curitiba, com 24,64% do total, seguida pela Mesorregião Norte Central Paranaense, com 15,11%. A Mesorregião com menor desembolso é a Centro Ocidental Paranaense, com 4,70%. A diferença entre a mesorregião com maior desembolso e a com menor desembolso é de 424,25%.

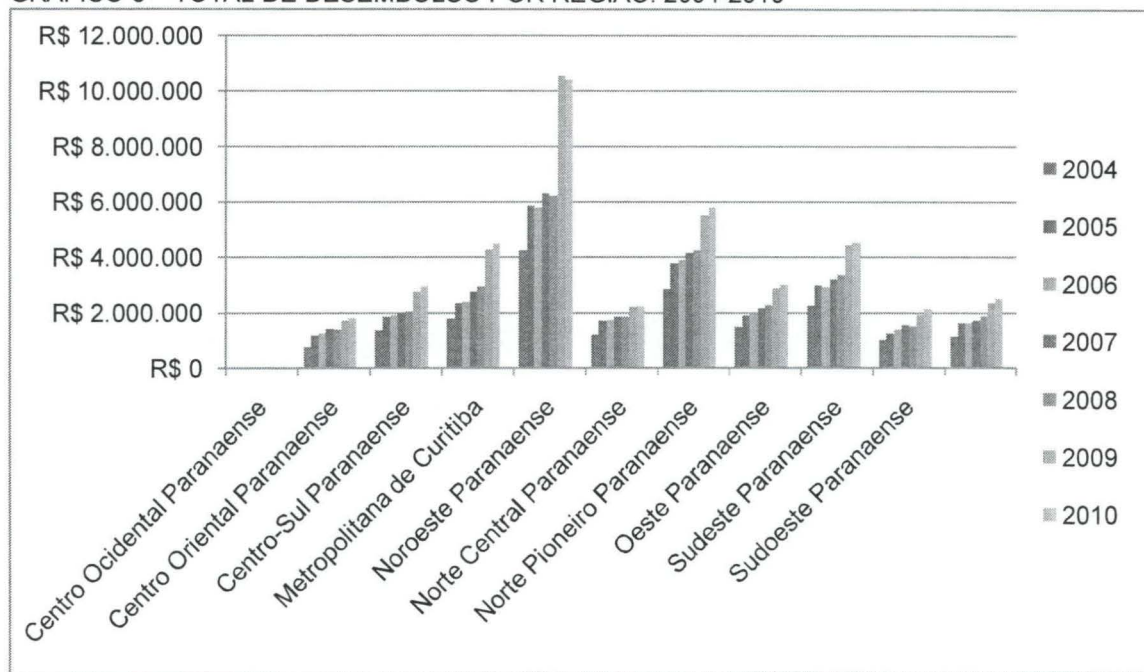
GRAFICO 7 – PARTICIPAÇÃO DAS MESORREGIÕES NO DESEMBOLSO TOTAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: 2004-2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipeadata.

Em 2004, a mesorregião com maior desembolso foi a Norte Central Paranaense com um total de R\$2.858.835,00; em 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 a mesorregião com maior desembolso foi a Metropolitana de Curitiba, com R\$5.858.833,00, R\$5.797.948,00, R\$6.323.170,00, R\$6.207.744,00, R\$10.547.994,00 e R\$10.430.491,00 respectivamente. No mesmo período analisado, a mesorregião com menor desembolso, em todos os anos, foi a Centro Ocidental Paranaense. Na soma total, de 2004 a 2010, a mesorregião com maior desembolso foi a Metropolitana de Curitiba, com o R\$ R\$49.417.167,00 e com menor desembolso a Centro Ocidental Paranaense, com R\$ 9.432.700,00, uma diferença de 423,89% aproximadamente. Conforme gráfico a seguir:

GRAFICO 8 – TOTAL DE DESEMBOLSO POR REGIÃO: 2004-2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipeadata.

4 EVOLUÇÃO DA POBREZA NO PARANÁ

Este capítulo demonstra a evolução da pobreza e indigência no Paraná. O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, seção 4.1, haverá uma análise do número de pobres e indigentes em cada mesorregião paranaense de acordo com os censos de 2000 e 2010. Na seção 4.2 serão levantados os dados da Renda Média Domiciliar *per capita* mensal nas dez mesorregiões do Paraná nos períodos de 2000 e 2010. Desta forma é possível captar de que forma a pobreza tem evoluído no Estado.

4.1 POBREZA E INDIGÊNCIA NO PARANÁ

Para a análise do número de pessoas indigentes e pobres e a porcentagem que esses indivíduos correspondem, serão considerados os dados do CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000 e 2010.

De acordo com o IBGE, a definição para se mensurar um indigente é:

Pessoas com renda domiciliar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo vigente. O universo de indivíduos é limitado àqueles que são membros que vivem em domicílios particulares permanentes.

E ainda de acordo com o IBGE, a definição para se mensurar um indivíduo pobre é:

Pessoas com renda domiciliar per capita inferior 1/2 do salário mínimo vigente. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

De acordo com essa definição, seguem a seguir os dados de pobres e indigentes no Paraná, subdividida nas dez mesorregiões do Estado.

4.1.1 Análise de indivíduos indigentes e pobres no Paraná no ano 2000.

No ano 2000, o salário mínimo era de R\$151,00 de acordo com o IBGE. Sendo assim, os indivíduos indigentes tinham como renda de R\$0,00 a R\$37,75 e os pobres de R\$37,75 a R\$75,50.

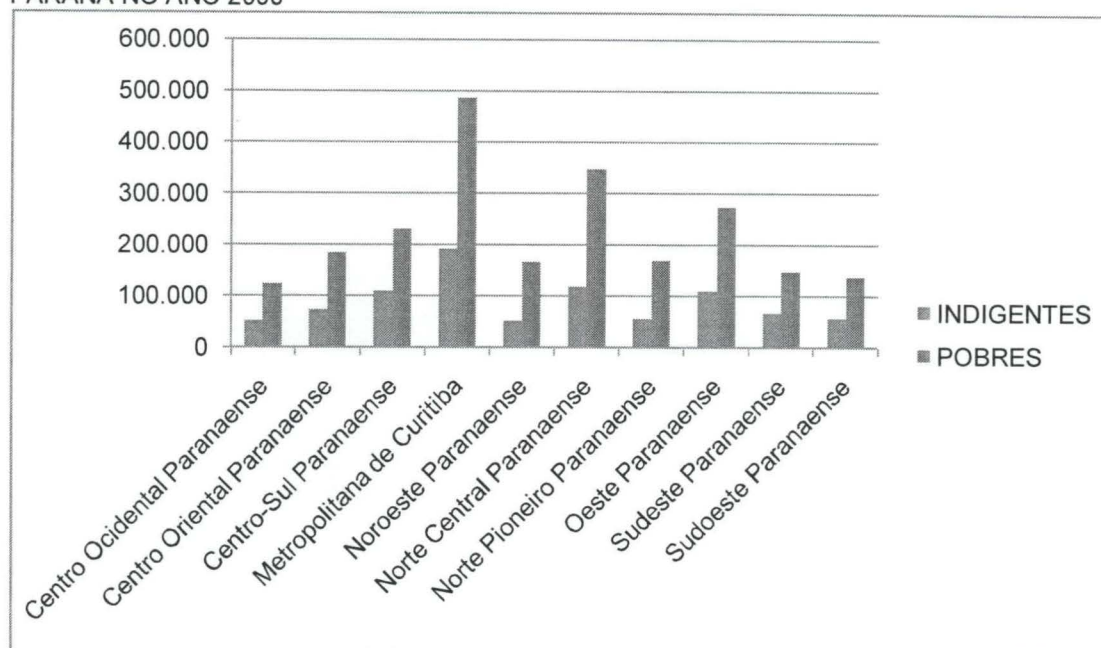
TABELA 1 – NÚMERO DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2000

MESORREGIÃO	INDIGENTES	POBRES
Centro Ocidental Paranaense	52.032	124.585
Centro Oriental Paranaense	74.429	185.074
Centro-Sul Paranaense	110.077	230.553
Metropolitana de Curitiba	192.969	487.309
Noroeste Paranaense	51.800	167.451
Norte Central Paranaense	119.804	348.072
Norte Pioneiro Paranaense	57.121	169.336
Oeste Paranaense	109.645	275.081
Sudeste Paranaense	67.192	148.269
Sudoeste Paranaense	57.755	138.999

FONTE: Tabela elaborada com dados do CENSO DEMOGRÁFICO do IBGE de 2000.

Para uma melhor visualização, segue gráfico representando os dados apresentados na tabela acima.

GRÁFICO 9 – NÚMERO DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2000



Fonte: Gráfico elaborado com dados do CENSO DEMOGRÁFICO do IBGE de 2000.

A mesorregião com a maior incidência de indigentes está concentrada na Metropolitana de Curitiba, com um total de 192.969 pessoas e a mesorregião com a menor incidência é a Sudoeste Paranaense, com 57.755 pessoas. A mesorregião com a maior incidência de pobres, de acordo com a definição do IBGE, também é a Metropolitana de Curitiba, com 487.309 e a menor é a Centro Ocidental Paranaense, com 124.585 pessoas.

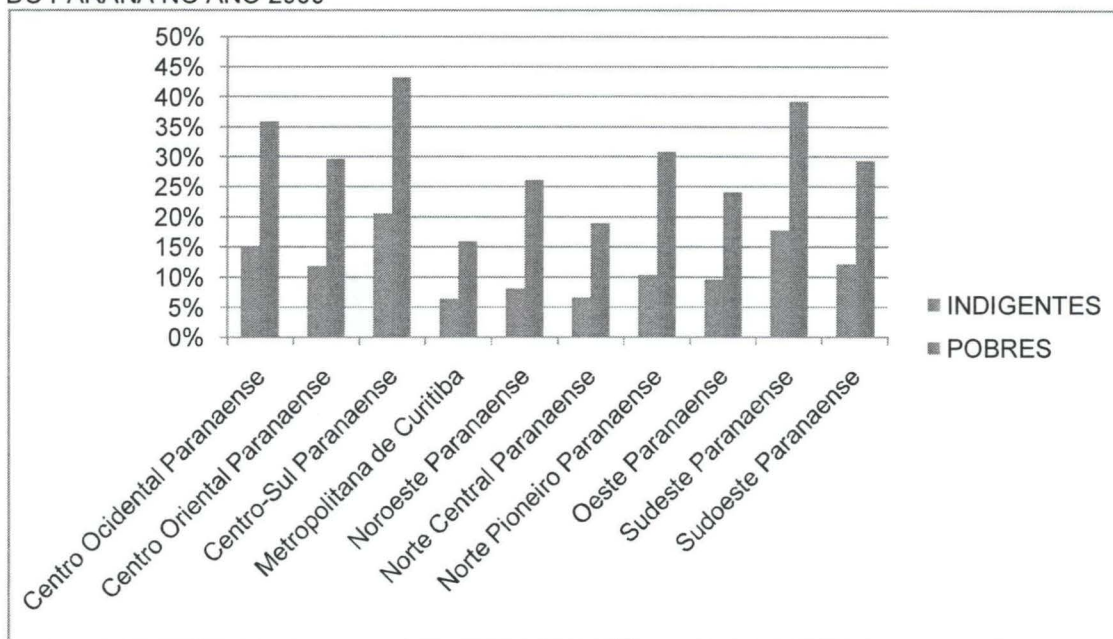
É essencial a demonstração da porcentagem da população que representa os indigentes e pobres nas mesorregiões.

TABELA 2 – PORCENTAGEM DE POBRES E INDIGENTES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2000

MESORREGIÃO	INDIGENTES	POBRES
Centro Ocidental Paranaense	15,01%	35,94%
Centro Oriental Paranaense	11,94%	29,69%
Centro-Sul Paranaense	20,64%	43,23%
Metropolitana de Curitiba	6,32%	15,96%
Noroeste Paranaense	8,08%	26,12%
Norte Central Paranaense	6,55%	19,03%
Norte Pioneiro Paranaense	10,42%	30,89%
Oeste Paranaense	9,63%	24,16%
Sudeste Paranaense	17,81%	39,30%
Sudoeste Paranaense	12,22%	29,41%

Fonte: Tabela elaborada com dados do CENSO DEMOGRÁFICO do IBGE de 2000.

GRÁFICO 10 – PORCENTAGEM DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2000



Fonte: Gráfico elaborado com dados do CENSO DEMOGRÁFICO do IBGE de 2000.

A maior porcentagem de indigentes está concentrada na mesorregião Centro-Sul Paranaense e a região com menor porcentagem de indigentes é a Metropolitana de Curitiba. Apesar da mesorregião Metropolitana de Curitiba ter o maior número de indigentes, esta não apresenta a maior representação no que tange a porcentagem da população, sendo a menor porcentagem apresentada dentre todas as mesorregiões.

A maior porcentagem de pobres está na mesorregião Centro-Sul Paranaense. A menor porcentagem está concentrada na mesorregião Metropolitana de Curitiba, apesar de apresentar o maior número de indivíduos pobres.

4.1.2 Análise de indivíduos indigentes e pobres no Paraná no ano 2010.

No ano 2010, o salário mínimo era de R\$510,00. Sendo assim, os indivíduos indigentes tinham como renda de R\$0,00 a R\$127,50 e os pobres de R\$127,50 a R\$255.

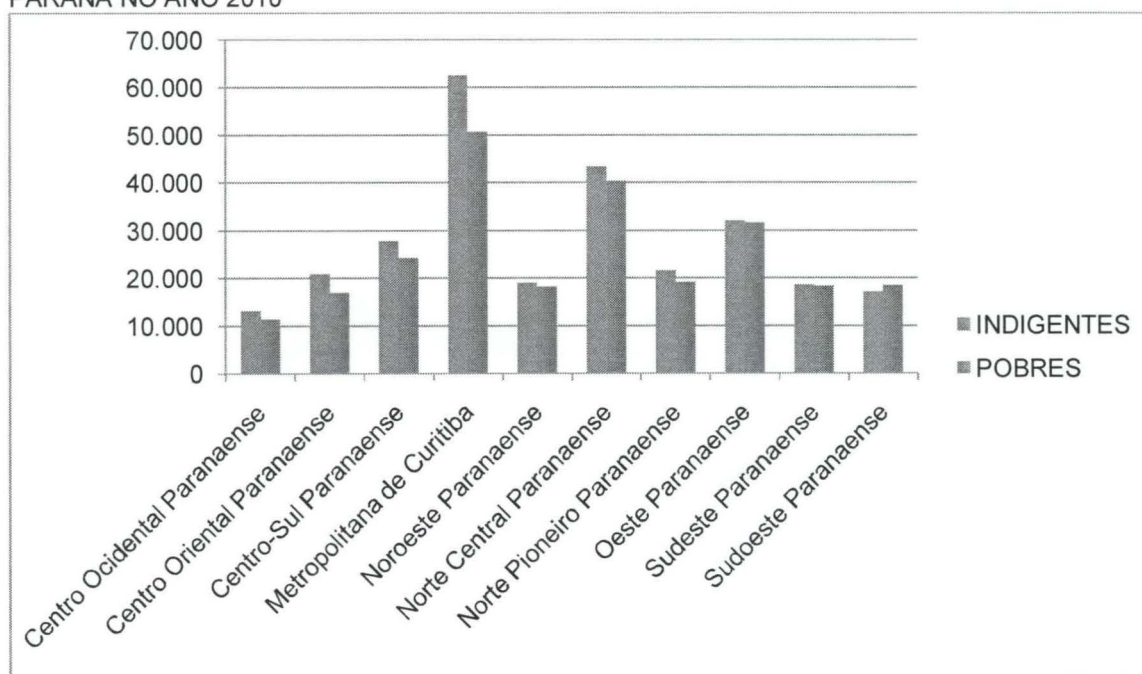
TABELA 3 – NÚMERO DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2010

MESORREGIÃO	INDIGENTES	POBRES
Centro Ocidental Paranaense	13.236	11.333
Centro Oriental Paranaense	20.914	16.943
Centro-Sul Paranaense	27.941	24.340
Metropolitana de Curitiba	62.583	50.716
Noroeste Paranaense	18.995	18.206
Norte Central Paranaense	43.325	40.332
Norte Pioneiro Paranaense	21.627	19.042
Oeste Paranaense	32.096	31.585
Sudeste Paranaense	18.591	18.282
Sudoeste Paranaense	17.138	18.436

Fonte: Tabela elaborada com dados do CENSO DEMOGRÁFICO do IBGE de 2000.

A seguir gráfico representando os dados explanados acima:

GRÁFICO 11 – NÚMERO DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2010



Fonte: Gráfico elaborado com dados do CENSO DEMOGRÁFICO do IBGE de 2010.

A mesorregião com o maior número de indivíduos indigentes é a Metropolitana de Curitiba, com um total de 62.583 pessoas e a mesorregião com a menor incidência é a Centro Ocidental Paranaense, com 13.236 pessoas.

A mesorregião com a maior incidência de pobres, de acordo com a definição do IBGE, também é a Metropolitana de Curitiba, com 50.716 e a menor é a Centro Ocidental Paranaense, com 11.333 pessoas.

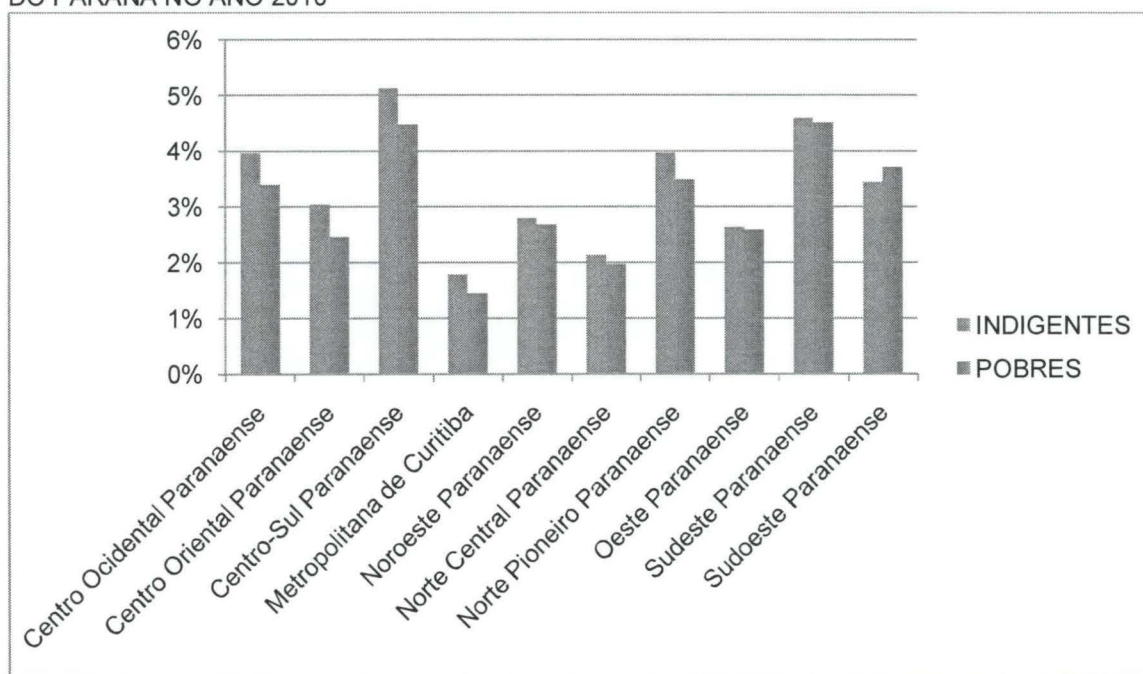
É essencial também a demonstração da porcentagem da população que representa os indigentes e pobres nas mesorregiões.

TABELA 4 – PORCENTAGEM DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2010

MESORREGIÃO	INDIGENTES	POBRES
Centro Ocidental Paranaense	3,96%	3,39%
Centro Oriental Paranaense	3,03%	2,46%
Centro-Sul Paranaense	5,13%	4,47%
Metropolitana de Curitiba	1,79%	1,45%
Noroeste Paranaense	2,80%	2,68%
Norte Central Paranaense	2,13%	1,98%
Norte Pioneiro Paranaense	3,96%	3,49%
Oeste Paranaense	2,63%	2,59%
Sudeste Paranaense	4,59%	4,52%
Sudoeste Paranaense	3,45%	3,71%

Fonte: Tabela elaborada com dados do CENSO DEMOGRÁFICO do IBGE de 2000.

GRÁFICO 12 – PORCENTAGEM DE PESSOAS INDIGENTES E POBRES NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO ANO 2010



Fonte: Gráfico elaborado com dados do CENSO DEMOGRÁFICO do IBGE de 2010.

A maior porcentagem de indigentes no ano de 2010 está concentrada na mesorregião Centro-Sul Paranaense, bem como em 2000, e a região com menor porcentagem de indigentes é a Metropolitana de Curitiba.

A maior porcentagem de pobres no ano de 2010 está na mesorregião Centro-Sul Paranaense, bem como em 2000. A menor porcentagem está concentrada na mesorregião Norte Central Paranaense.

4.2 EVOLUÇÃO DA RENDA MÉDIA DOMICILIAR *PER CAPITA* MENSAL NO PARANÁ

De acordo com a análise teórica exposta no capítulo 2, uma das formas de se medir o grau de pobreza é de acordo com a renda. Novamente considerando-se os dois últimos censos, o de 2000 e 2010, segue evolução da renda média domiciliar *per capita* mensal no Paraná, de acordo com as dez mesorregiões.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) define a Renda Média Domiciliar *per capita* da seguinte maneira:

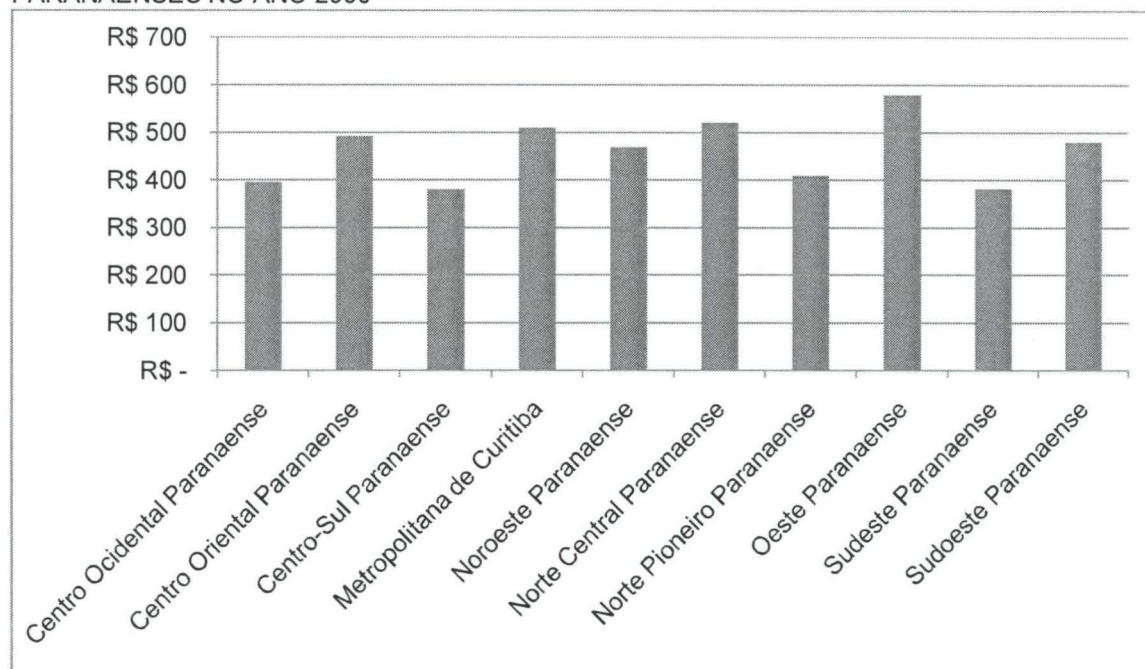
Média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Considerou-se como renda domiciliar per capita a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores.

Segue análise da Renda Média Domiciliar per capita nas Mesorregiões Paranaenses de acordo com o censo de 2000.

TABELA 5 – RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL *PER CAPITA* NAS MESORREGIÕES PARANAENSES NO ANO 2000

MESORREGIÃO	RENDA
Centro Ocidental Paranaense	R\$ 395,26
Centro Oriental Paranaense	R\$ 492,48
Centro-Sul Paranaense	R\$ 380,04
Metropolitana de Curitiba	R\$ 511,03
Noroeste Paranaense	R\$ 469,15
Norte Central Paranaense	R\$ 520,64
Norte Pioneiro Paranaense	R\$ 409,66
Oeste Paranaense	R\$ 580,29
Sudeste Paranaense	R\$ 380,74
Sudoeste Paranaense	R\$ 480,05

Fonte: Tabela elaborada de acordo com dados do IparDES.

GRÁFICO 13 – RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL *PER CAPITA* NAS MESORREGIÕES PARANAENSES NO ANO 2000

Fonte: Tabela elaborada de acordo com dados do IparDES.

A mesorregião com a maior renda média domiciliar mensal per capita é a Oeste Paranaense, com o total de R\$580,29. A mesorregião com a menor renda média domiciliar mensal *per capita* é a Centro-Sul Paranaense com R\$380,04. Uma diferença entre as duas mesorregiões de 52,69%.

Em 2010, a mesorregião com a maior renda média domiciliar mensal per capita também é a Oeste Paranaense, desta vez com R\$816,77. A mesorregião com menor renda média domiciliar mensal *per capita* é Centro-Sul Paranaense com

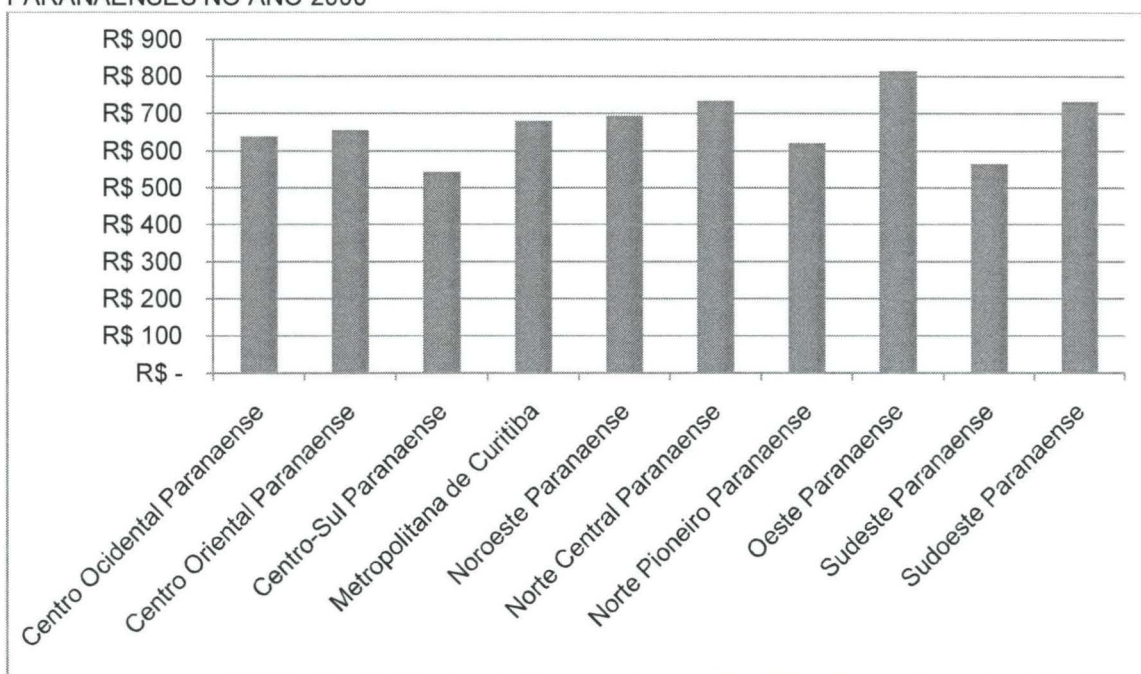
R\$542,82. A diferença desta vez é de 50,46%. Os dados de referência estão a seguir:

TABELA 6 – RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL *PER CAPITA* NAS MESORREGIÕES PARANAENSES NO ANO 2010

MESORREGIÃO	RENDA
Centro Ocidental Paranaense	R\$ 637,69
Centro Oriental Paranaense	R\$ 656,10
Centro-Sul Paranaense	R\$ 542,82
Metropolitana de Curitiba	R\$ 681,17
Noroeste Paranaense	R\$ 694,92
Norte Central Paranaense	R\$ 735,32
Norte Pioneiro Paranaense	R\$ 620,08
Oeste Paranaense	R\$ 816,77
Sudeste Paranaense	R\$ 564,78
Sudoeste Paranaense	R\$ 733,56

Fonte: Tabela elaborada de acordo com dados do IparDES.

GRÁFICO 14 – RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL *PER CAPITA* NAS MESORREGIÕES PARANAENSES NO ANO 2000



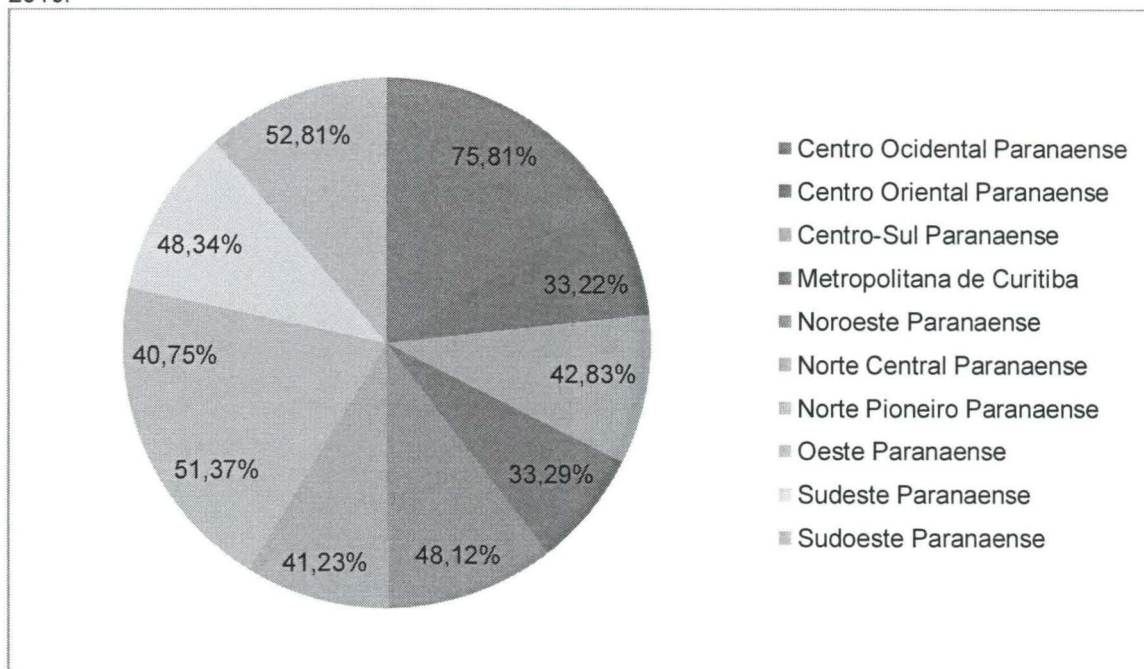
Fonte: Tabela elaborada de acordo com dados do IparDES.

Destaca-se também o aumento da renda média domiciliar mensal *per capita* nos dois anos considerados.

TABELA 7 – AUMENTO DA RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL PER CAPITA ENTRE 2000 E 2010.

MESORREGIÃO	%
Centro Ocidental Paranaense	75,81%
Centro Oriental Paranaense	33,22%
Centro-Sul Paranaense	42,83%
Metropolitana de Curitiba	33,29%
Noroeste Paranaense	48,12%
Norte Central Paranaense	41,23%
Norte Pioneiro Paranaense	51,37%
Oeste Paranaense	40,75%
Sudeste Paranaense	48,34%
Sudoeste Paranaense	52,81%

Fonte: Tabela elaborada de acordo com dados do IparDES.

GRÁFICO 15 – AUMENTO DA RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL *PER CAPITA* ENTRE 2000 E 2010.

Fonte: Tabela elaborada de acordo com dados do IparDES.

A mesorregião que sofreu o maior aumento da renda média domiciliar mensal per capita foi a Centro Ocidental Paranaense, com 76%. A que menos sofreu aumento foi a Centro Oriental Paranaense com 33,22%.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Em 2000 e 2010, a mesorregião com a maior incidência de indigentes é a Metropolitana de Curitiba, com um total de 192.969 pessoas e 62.583 pessoas respectivamente. No mesmo período, a mesorregião com a maior incidência de pobres também é a Metropolitana de Curitiba, com 487.309 e 50.716 respectivamente. Em todos os anos analisados a mesorregião com maior porcentagem de número de beneficiários do Programa Bolsa Família foi a Metropolitana de Curitiba, com 23,46% em 2004, 23,95% em 2005, 23,32% em 2006, 23,34% em 2007, 22,44% em 2008, 27,32% em 2009 e 26,18% em 2010. Também foi a mesorregião com maior desembolso foi a Metropolitana de Curitiba, total de R\$49.417.167,00, 24,64% do total. Desta forma, podemos concluir que a política do governo no sentido de tentar diminuir esse número foi coerente.

Também em todos os anos analisados a mesorregião com menor porcentagem no número de beneficiados foi a Centro Ocidental Paranaense com 4,15% em 2004, 4,73% em 2005, 5,00% em 2006, 5,17% em 2007, 4,99% em 2008, 4,41% em 2009 e 4,51% em 2010. A mesorregião com a menor incidência de pobres nos anos analisados é a Centro Ocidental Paranaense com 124.585 em 2000 e 11.333 pessoas, além de apresentar o menor número de pessoas indigentes em 2010, com um total de 13.236 pessoas. Esta mesorregião apresentou o menor desembolso, com R\$ 9.432.700,00, 4,70%, do total. Nesse sentido, a lógica de investimentos no PBF também é coerente.

Coincidentemente a mesorregião que sofreu o maior aumento da renda média domiciliar mensal per capita foi a Centro Ocidental Paranaense, com 76%. A que menos sofreu aumento foi a Centro Oriental Paranaense com 33,22%, uma das regiões que tem menos participação na porcentagem do PBF, o que vai contra a lógica que deveria seguir a distribuição do programa.

A mesorregião com a maior renda média domiciliar mensal per capita em 2000 é a Oeste Paranaense, com o total de R\$580,29. A mesorregião com a menor renda média domiciliar mensal *per capita* é a Centro-Sul Paranaense com R\$380,04. Uma diferença entre as duas mesorregiões de 52,69%. Em 2010, a mesorregião com a maior renda média domiciliar mensal per capita também é a Oeste Paranaense, desta vez com R\$816,77. A mesorregião com menor renda média

domiciliar mensal *per capita* é Centro-Sul Paranaense com R\$542,82. A diferença desta vez é de 50,46%. Apesar da grande diferença da renda média domiciliar mensal per capita entre as duas mesorregiões ser considerável, a porcentagem da participação de beneficiários entre as duas mesorregiões é muito próxima, com 9,11% para a mesorregião Centro-Sul Paranaense e 11,90% para a mesorregião Oeste Paranaense, diferença de 2,79%.

6 CONCLUSÃO

A partir da década de 1990, com a implementação no Brasil de políticas de transferência de renda, diversos autores buscaram analisar os impactos de tais políticas sobre a pobreza no país.

Assim, nesse trabalho, procurou-se acompanhar tal discussão através do estudo do impacto do Programa Bolsa Família sobre a redução da pobreza, comparando a evolução do programa no Paraná, distribuído por mesorregião, com a diminuição da pobreza e da extrema pobreza. Primeiro, foi realizada uma análise da evolução do número de famílias beneficiadas em cada mesorregião e também dos gastos do governo no programa. A fim de captar os impactos dessa evolução, foi feita uma comparação entre os censos de 2000 e 2010 no que tange ao número de pobres e de indigentes nas dez mesorregiões do Estado, e também foi considerado o aumento no valor da renda média domiciliar mensal per capita nas regiões.

Em 2000 e 2010, a mesorregião com a maior incidência de pobres e indigentes é a Metropolitana de Curitiba. Em todos os anos analisados a mesorregião com maior porcentagem de número de beneficiários do Programa Bolsa Família foi a Metropolitana de Curitiba, além de também ter o maior desembolso. Desta forma, a política do governo no sentido de tentar diminuir esse número foi coerente.

Também em todos os anos analisados a mesorregião com menor porcentagem no número de beneficiados e de desembolso foi a Centro Ocidental Paranaense. Além disso, a mesorregião possui a menor incidência de pobres nos anos analisados e também apresentou o menor número de pessoas indigentes no ano de 2010. Nesse sentido, a lógica de investimentos no PBF também é coerente.

Coincidentemente a mesorregião que sofreu o maior aumento da renda média domiciliar mensal per capita foi a Centro Ocidental Paranaense, com 76%. A que menos sofreu aumento foi a Centro Oriental Paranaense com 33,22%, uma das regiões que tem menos participação na porcentagem do PBF, o que vai contra a lógica que deveria seguir a distribuição do programa.

A mesorregião com a maior renda média domiciliar mensal per capita em 2000 é a Oeste Paranaense, com o total de R\$580,29. A mesorregião com a menor renda média domiciliar mensal *per capita* é a Centro-Sul Paranaense com R\$380,04.

Uma diferença entre as duas mesorregiões de 52,69%. Em 2010, a mesorregião com a maior renda média domiciliar mensal per capita também é a Oeste Paranaense, desta vez com R\$816,77. A mesorregião com menor renda média domiciliar mensal *per capita* é Centro-Sul Paranaense com R\$542,82. A diferença desta vez é de 50,46%. Apesar da grande diferença da renda média domiciliar mensal per capita entre as duas mesorregiões ser considerável, a porcentagem da participação de beneficiários entre as duas mesorregiões é muito próxima, com 9,11% para a mesorregião Centro-Sul Paranaense e 11,90% para a mesorregião Oeste Paranaense, diferença de 2,79%.

Portanto, a política de transferência de renda do governo analisada, o Bolsa Família, pode ser considerada eficaz no que tange a diminuição da pobreza e indigência no Estado. O importante a ressaltar é que apesar dessa transferência de renda que foi realizada no Estado, o funcionamento da estrutura econômica no Paraná é significativo na diminuição da pobreza.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 7/11/2010.

BRASIL. **Portal da Transparência**. Despesas, Transferência de Recursos. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoMunicipio.asp?Exercicio=2013&textoPesquisaAcao=¶mValor=10358714480450&codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&NomeAcao=Transfer%EAncia+de+Renda+Diretamente+%E0s+Fam%EDlias+em+Condi%E7%E3o+de+Pobreza+e+Extrema+Pobreza+Lei+n+10836+de+2004&valoracao=1217040759100&codigoEstado=18&nomeEstado=PARANÁ&siglaEstado=PR&valorEstado=33665976700>>. Acesso em: 03/06/2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/distribuicao_servicos_cidadao/peti/saiba_mais.asp>. Acesso em: 02/06/2013.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Disponível em: <<http://www.eclac.org/>>. Acesso em: 07/07/2013.

FERRAZ, L. F. **Programa Bolsa Família: Impactos na distribuição de renda**. Monografia – Especialização em Orçamento Público, Instituto Serdezello Corrêa – ISC, Brasília-DF, 2008. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2055562.PDF>>. Acesso em: 30/05/13.

FREITAS, M. C. **Pobreza e Exclusão Social**. 41f. Trabalho de Graduação. Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009011.pdf>>. Acesso em: 02/06/2013.

GOVERNO FEDERAL. Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 02/06/2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 11/07/2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **@cidades**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>. Acesso em: 16/07/2013.

Ipardes – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de Dados do Estado**. Disponível em: < <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 01/05/2013.

Ipardes – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Municípios/microrregiões e mesorregiões**. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf>. Acesso em: 02/05/2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Regional :: Temas :: Renda. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 07/06/2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Social :: Temas :: Renda. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 07/06/2013.

MARTINI, R. A. **Um ensaio sobre os Aspectos Teóricos e Metodológicos da Economia da Pobreza**. 29f. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: < <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/pesquisas/td/TD%20369.pdf>>. Acesso em: 05/06/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Benefício de Prestação Continuada**. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>>. Acesso em: 30/05/13.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/cadastro_unico/projeto-agente-jovem/>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programas Remanescentes**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/bolsa-familia/beneficiario/programas-remanescentes/>>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 4/7/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Cadastro Único**. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 4/7/2013.

MELO, H. P.; BANDEIRA, L. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. 42f. Santiago, 2005. Disponível em: < <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/0/22230/lcl2322p.pdf>>. Acesso em: 15/07/2013.

MUNIZ, R. C. **Transferência de Renda e Desigualdade: uma abordagem inter-regional de equilíbrio geral para o Brasil**. Dissertação – Pós Graduação Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/Dissertacoes%20Mestrado/139%20-%20Roberta%20Carvalho%20Muniz.pdf>>. Acesso em: 7/11/10.

NOBREGA, W. **Mapeamento da Pobreza sob Critérios Unidimensional e Multidimensional para os Estados do Paraná e Sergipe**. 271f. Tese (Doutorado em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, 2008.

RIBEIRO, P. F. **Um Estudo do Programa Bolsa Família e seus Impactos na Pobreza**. Monografia – Curso Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

ROCHA, S. **Impacto sobre a Pobreza dos Novos Programas Federais de Transferência de Renda**. Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 9 (1): 153-185, jan./abr., 2005.

SALAMA, P. **Pobreza: luz no fim do túnel?** Junho, 2010. Disponível em: < http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/pobreza_luz_no_fim_do_tunel@br.pdf>. Acesso em: 10/06/2013.

SILVA, I. C. **Programa de Transferência de Renda Condicionado: Bolsa-Escola – o resgate da cidadania através da educação**. 258 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SOARES, S. S. D. **Metodologias para Estabelecer a Linha de Pobreza: Objetivas, Subjetivas, Relativas, Multidimensionais**. Rio de Janeiro, Fevereiro, 2009. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4933>. Acesso em: 21/06/2013.

VINHAIS, H.; SOUZA, A. P. **Pobreza Relativa ou Absoluta?** A Linha Híbrida de Pobreza no Brasil. Julho, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>>. Acesso em : 30/06/2013.

ANEXOS

NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DISTRIBUIDO POR MESORREGIÃO

MESORREGIÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL	%
Centro Ocidental Paranaense	12.665	21.605	23.302	21.434	18.652	20.456	20.552	138.666	4,72%
Centro Oriental Paranaense	23.579	33.801	35.103	31.162	27.677	34.492	33.799	219.613	7,48%
Centro-Sul Paranaense	26.957	38.012	38.694	36.598	34.269	46.357	46.413	267.300	9,11%
Metropolitana de Curitiba	70.408	104.222	101.376	93.041	80.725	135.350	125.637	710.759	24,22%
Noroeste Paranaense	23.652	35.618	36.456	31.720	27.903	29.836	27.773	212.958	7,26%
Norte Central Paranaense	53.536	74.254	76.431	68.876	60.433	73.651	72.142	479.323	16,33%
Norte Pioneiro Paranaense	25.321	35.059	36.381	33.014	30.769	35.376	35.202	231.122	7,87%
Oeste Paranaense	38.226	54.922	52.830	48.430	44.491	56.501	53.750	349.150	11,90%
Sudeste Paranaense	16.369	21.689	23.902	22.044	19.191	23.291	24.016	150.502	5,13%
Sudoeste Paranaense	18.041	28.004	27.697	24.566	23.137	27.025	27.323	175.793	5,99%
TOTAL	308.754	447.186	452.172	410.885	367.247	482.335	466.607	2.935.186	

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal.

PORCENTAGEM DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR MESORREGIÃO

MESORREGIÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Centro Ocidental Paranaense	4,10%	4,83%	5,15%	5,22%	5,08%	4,24%	4,40%
Centro Oriental Paranaense	7,64%	7,56%	7,76%	7,58%	7,54%	7,15%	7,24%
Centro-Sul Paranaense	8,73%	8,50%	8,56%	8,91%	9,33%	9,61%	9,95%
Metropolitana de Curitiba	22,80%	23,31%	22,42%	22,64%	21,98%	28,06%	26,93%
Noroeste Paranaense	7,66%	7,96%	8,06%	7,72%	7,60%	6,19%	5,95%
Norte Central Paranaense	17,34%	16,60%	16,90%	16,76%	16,46%	15,27%	15,46%
Norte Pioneiro Paranaense	8,20%	7,84%	8,05%	8,03%	8,38%	7,33%	7,54%
Oeste Paranaense	12,38%	12,28%	11,68%	11,79%	12,11%	11,71%	11,52%
Sudeste Paranaense	5,30%	4,85%	5,29%	5,37%	5,23%	4,83%	5,15%
Sudoeste Paranaense	5,84%	6,26%	6,13%	5,98%	6,30%	5,60%	5,86%

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal.

TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA POR MESORREGIÃO

MESORREGIÃO	2004- 2005	2005- 2006	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010
Centro Ocidental Paranaense	70,59%	7,85%	-8,02%	-12,98%	9,67%	0,47%
Centro Oriental Paranaense	43,35%	3,85%	-11,23%	-11,18%	24,62%	-2,01%
Centro-Sul Paranaense	41,01%	1,79%	-5,42%	-6,36%	35,27%	0,12%
Metropolitana de Curitiba	48,03%	-2,73%	-8,22%	-13,24%	67,67%	-7,18%
Noroeste Paranaense	50,59%	2,35%	-12,99%	-12,03%	6,93%	-6,91%
Norte Central Paranaense	38,70%	2,93%	-9,88%	-12,26%	21,87%	-2,05%
Norte Pioneiro Paranaense	38,46%	3,77%	-9,25%	-6,80%	14,97%	-0,49%
Oeste Paranaense	43,68%	-3,81%	-8,33%	-8,13%	26,99%	-4,87%
Sudeste Paranaense	32,50%	10,20%	-7,77%	-12,94%	21,36%	3,11%
Sudoeste Paranaense	55,22%	-1,10%	-11,30%	-5,82%	16,80%	1,10%
TOTAL	44,84%	1,11%	-9,13%	-10,62%	31,34%	-3,26%

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal.

DESEMBOLSO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DISTRIBUIDO POR MESORREGIÃO EM R\$

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL	%
Centro Ocidental Paranaense	749.167	1.157.495	1.244.325	1.401.890	1.381.498	1.702.364	1.795.961	9.432.700	4,70%
Centro Oriental Paranaense	1.362.844	1.852.368	1.892.067	1.994.893	2.048.084	2.764.895	2.935.273	14.850.424	7,40%
Centro-Sul Paranaense	1.787.797	2.354.504	2.399.818	2.767.052	2.941.469	4.274.296	4.479.149	21.004.085	10,47%
Metropolitana de Curitiba	4.250.987	5.858.833	5.797.948	6.323.170	6.207.744	10.547.994	10.430.491	49.417.167	24,64%
Noroeste Paranaense	1.215.813	1.705.687	1.740.652	1.836.595	1.849.823	2.195.107	2.220.660	12.764.337	6,36%
Norte Central Paranaense	2.858.835	3.803.092	3.909.568	4.172.637	4.249.501	5.508.158	5.803.083	30.304.874	15,11%
Norte Pioneiro Paranaense	1.465.424	1.879.638	1.947.251	2.142.115	2.266.876	2.869.054	3.022.771	15.593.129	7,77%
Oeste Paranaense	2.235.755	2.982.015	2.918.371	3.202.969	3.354.854	4.441.263	4.531.416	23.666.643	11,80%
Sudeste Paranaense	1.000.589	1.246.220	1.383.425	1.530.160	1.503.618	1.941.324	2.119.892	10.725.228	5,35%
Sudoeste Paranaense	1.115.725	1.619.644	1.628.220	1.722.732	1.865.650	2.359.783	2.509.247	12.821.001	6,39%
TOTAL	18.042.936	24.459.496	24.861.645	27.094.213	27.669.117	38.604.238	39.847.943	200.579.588	

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal.

PORCENTAGEM DO DESEMBOLSO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR MESORREGIÃO

MESORREGIÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Centro Ocidental Paranaense	4,15%	4,73%	5,00%	5,17%	4,99%	4,41%	4,51%
Centro Oriental Paranaense	7,55%	7,57%	7,61%	7,36%	7,40%	7,16%	7,37%
Centro-Sul Paranaense	9,91%	9,63%	9,65%	10,21%	10,63%	11,07%	11,24%
Metropolitana de Curitiba	23,56%	23,95%	23,32%	23,34%	22,44%	27,32%	26,18%
Noroeste Paranaense	6,74%	6,97%	7,00%	6,78%	6,69%	5,69%	5,57%
Norte Central Paranaense	15,84%	15,55%	15,73%	15,40%	15,36%	14,27%	14,56%
Norte Pioneiro Paranaense	8,12%	7,68%	7,83%	7,91%	8,19%	7,43%	7,59%
Oeste Paranaense	12,39%	12,19%	11,74%	11,82%	12,12%	11,50%	11,37%
Sudeste Paranaense	5,55%	5,10%	5,56%	5,65%	5,43%	5,03%	5,32%
Sudoeste Paranaense	6,18%	6,62%	6,55%	6,36%	6,74%	6,11%	6,30%

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal.

TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA POR MESORREGIÃO

MESORREGIÃO	2004- 2005	2005- 2006	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010
Centro Ocidental Paranaense	54,50%	7,50%	12,66%	-1,45%	23,23%	5,50%
Centro Oriental Paranaense	35,92%	2,14%	5,43%	2,67%	35,00%	6,16%
Centro-Sul Paranaense	31,70%	1,92%	15,30%	6,30%	45,31%	4,79%
Metropolitana de Curitiba	37,82%	-1,04%	9,06%	-1,83%	69,92%	-1,11%
Noroeste Paranaense	40,29%	2,05%	5,51%	0,72%	18,67%	1,16%
Norte Central Paranaense	33,03%	2,80%	6,73%	1,84%	29,62%	5,35%
Norte Pioneiro Paranaense	28,27%	3,60%	10,01%	5,82%	26,56%	5,36%
Oeste Paranaense	33,38%	-2,13%	9,75%	4,74%	32,38%	2,03%
Sudeste Paranaense	24,55%	11,01%	10,61%	-1,73%	29,11%	9,20%
Sudoeste Paranaense	45,17%	0,53%	5,80%	8,30%	26,49%	6,33%
TOTAL	35,56%	1,64%	8,98%	2,12%	39,52%	3,22%

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal.

NÚMERO DE POBRES E INDIGENTES POR MESORREGIÕES EM 2010

NOROESTE PARANAENSE		
Cidade	Até de 1/4	de 1/4 a 1/2
Alto Paraíso	71	87
Alto Paraná	524	367
Alto Piquiri	452	316
Altônia	750	829
Amaporã	315	215
Brasilândia do Sul	117	127
Cafezal do Sul	157	141
Cianorte	927	1.101
Cidade Gaúcha	293	348
Cruzeiro do Oeste	693	518
Cruzeiro do Sul	135	148
Diamante do Norte	176	211
Douradina	207	184
Esperança Nova	50	67
Francisco Alves	306	278
Guairaçá	237	215
Guaporema	60	32
Icaraima	312	364
Inajá	165	105
Indianópolis	84	73
Iporã	508	440
Itaúna do Sul	145	98
Ivaté	189	184
Japurá	253	195
Jardim Olinda	38	39
Jussara	110	154
Loanda	720	571
Maria Helena	305	150
Marilena	508	306
Mariluz	578	389
Mirador	56	66
Nova Aliança do Ivaí	35	27
Nova Londrina	454	425
Nova Olímpia	192	179
Paraíso do Norte	172	167
Paranacity	343	249
Paranapoema	99	109
Paranavai	2.077	1.968
Perobal	142	161
Pérola	142	308
Planaltina do Paraná	153	189
Porto Rico	85	131
Querência do Norte	558	869
Rondon	172	284
Santa Cruz de Monte Castelo	556	400
Santa Isabel do Ivaí	383	261
Santa Mônica	169	141
Santo Antônio do Caiuá	86	97
São Carlos do Ivaí	212	208
São João do Caiuá	178	156
São Jorge do Patrocínio	176	233
São Manoel do Paraná	47	67
São Pedro do Paraná	91	119

São Tomé	52	62
Tamboara	116	93
Tapejara	173	186
Tapira	179	210
Terra Rica	507	583
Tuneira do Oeste	273	270
Umuarama	1.488	1.571
Xambrê	244	165
TOTAL	18.995	18.206
POPULAÇÃO TOTAL	678.319	
PORCENTAGEM	2,80%	2,68%

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IBGE.

CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE		
Cidade	Até de 1/4	de 1/4 a 1/2
Altamira do Paraná	377	275
Araruna	452	434
Barbosa Ferraz	585	527
Boa Esperança	203	231
Campina da Lagoa	738	729
Campo Mourão	2.440	1.584
Corumbataí do Sul	254	313
Engenheiro Beltrão	401	366
Farol	188	110
Fênix	219	211
Goioerê	927	778
Iretama	766	579
Janiópolis	525	326
Juranda	325	317
Luziania	366	268
Mamborê	545	514
Moreira Sales	590	422
Nova Cantu	488	592
Peabiru	469	521
Quarto Centenario	200	226
Quinta do Sol	247	162
Rancho Alegre		
D'Oeste	117	139
Roncador	850	604
Terra Boa	188	368
Ubiratã	776	737
TOTAL	13.236	11.333

POPULAÇÃO TOTAL	334.125
-----------------	---------

PORCENTAGEM	3,96%	3,39%
-------------	-------	-------

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IBGE.

NORTE CENTRAL PARANAENSE		
Cidade	Até de 1/4	de 1/4 a 1/2
Alvorada do Sul	375	261
Ângulo	90	77
Apucarana	2.232	1.985
Arapongas	1.244	1.729
Arapuã	215	183
Ariranha do Ivaí	212	207
Astorga	385	615
Atalaia	107	105
Bela Vista do Paraíso	471	367
Bom Sucesso	252	137
Borrazópolis	325	508
Cafeara	73	53
Califórnia	248	233
Cambé	1.983	1.221
Cambira	156	167
Cândido de Abreu	1.399	1.475
Centenário do Sul	468	256
Colorado	390	676
Cruzmaltina	138	185
Doutor Camargo	184	96
Faxinal	646	466
Floraí	92	121
Floresta	111	103
Florestópolis	466	249
Flórida	83	42
Godoy Moreira	203	283
Grandes Rios	347	488
Guaraci	126	134
Ibiporã	933	910
Iguaraçu	92	76
Itaguajé	220	131
Itambé	81	76
Ivaiporã	1.381	1.339
Ivatuba	56	30
Jaguapitã	206	393
Jandaia do Sul	619	545
Jardim Alegre	714	528
Kaloré	279	238
Lidianópolis	159	227
Lobato	48	127
Londrina	7.766	7.228
Lunardelli	278	305
Lupionópolis	188	154
Mandaguaçu	352	273
Mandaguari	772	842
Manoel Ribas	681	883
Marialva	845	535
Marilândia do Sul	315	243
Maringá	3.795	4.354
Marumbi	193	126
Mauá da Serra	289	265

Miraselva	43	45
Munhoz de Melo	128	103
Nova Tebas	591	475
Nossa Senhora das Graças	115	48
Nova Esperança	1.189	786
Novo Itacolomi	126	61
Ourizona	103	70
Paiçandu	818	540
Pitangueiras	65	58
Porecatu	361	232
Prado Ferreira	80	93
Presidente Castelo Branco	109	83
Primeiro de Maio	284	376
Rio Bom	73	100
Rio Branco do Ivaí	285	212
Rolândia	582	1.073
Rosário do Ivaí	209	179
Sabáudia	179	144
Santa Fé	152	212
Santa Inês	51	40
Santo Inácio	192	168
São João do Ivaí	572	473
São Jorge do Ivaí	250	131
São Pedro do Ivaí	276	244
Sarandi	2.175	1.234
Sertanópolis	340	341
Tamarana	596	522
Uniflor	98	39
TOTAL	43.325	40.332

POPULAÇÃO TOTAL	2.037.183
-----------------	-----------

PORCENTAGEM	2,13%	1,98%
-------------	-------	-------

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IBGE.

NORTE PIONEIRO PARANANENSE		
Cidade	Até de 1/4	de 1/4 a 1/2
Abatiá	440	366
Andirá	760	633
Assaí	499	461
Bandeirantes	1.283	827
Barra do Jacaré	93	52
Cambará	514	632
Carlópolis	390	643
Congoinhas	453	520
Conselheiro Mairinck	181	168
Cornélio Procópio	1.124	1.219
Curiúva	924	575
Figueira	408	175
Guapirama	142	128
Ibaiti	1.180	898
Itambaracá	245	280
Jaboti	207	249
Jacarezinho	1.140	887
Japira	310	272
Jataizinho	523	334
Joaquim Távora	198	249
Jundiá do Sul	285	200
Leópolis	175	134
Nova América da Colina	125	84
Nova Fátima	427	386
Nova Santa Bárbara	233	205
Pinhalão	205	420
Quatiguá	258	246
Rancho Alegre	155	162
Ribeirão Claro	339	255
Ribeirão do Pinhal	755	573
Salto do Itararé	233	262
Santa Amélia	125	141
Santa Cecília do Pavão	234	123
Santa Mariana	416	426
Santana do Itararé	415	227
Santo Antônio da Platina	1.270	1.022
Santo Antônio do Paraíso	74	103
São Jerônimo da Serra	715	845
São José da Boa Vista	449	384
São Sebastião da Amoreira	270	342
Sapopema	363	369
Sertaneja	226	182
Siqueira Campos	734	568
Tomazina	584	534
Uraí	522	420
Wenceslau Braz	1.026	861
TOTAL	21.627	19.042

POPULAÇÃO TOTAL	546.224
-----------------	---------

PORCENTAGEM	3,96%	3,49%
-------------	-------	-------

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IBGE.

CENTRO ORIENTAL PARANAENSE		
Cidade	Até de 1/4	de 1/4 a 1/2
Arapoti	799	798
Carambeí	403	416
Castro	1.701	1.848
Imbaú	838	316
Jaguariaíva	1.368	826
Ortigueira	1.687	1.196
Palmeira	1.301	964
Piraí do Sul	875	436
Ponta Grossa	5.900	5.767
Reserva	1.424	1.402
Sengês	972	503
Telêmaco Borba	2.308	1.472
Tibagi	824	698
Ventania	514	301
TOTAL	20.914	16.943

POPULAÇÃO	
TOTAL	689.279

PORCENTAGEM	3,03%	2,46%
-------------	-------	-------

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IBGE.

OESTE PARANAENSE		
Cidade	Até de 1/4	de 1/4 a 1/2
Anahy	163	131
Assis Chateaubriand	1.283	956
Boa Vista da Aparecida	469	494
Braganey	344	263
Cafelândia	328	348
Campo Bonito	223	194
Capitão Leônidas Marques	620	547
Cascavel	5.401	4.791
Catanduvas	641	468
Céu Azul	313	370
Corbélia	356	484
Diamante do Sul	249	264
Diamante D'Oeste	286	273
Entre Rios do Oeste	131	104
Formosa do Oeste	232	372
Foz do Iguaçu	6.668	5.526
Guaira	1.182	1.087
Guaraniaçu	795	606
Ibema	363	212
Iguatu	103	135
Iracema do Oeste	144	135
Itaipulândia	204	302
Jesuítas	385	581
Lindoeste	343	257
Marechal Cândido Rondon	764	839
Maripá	75	136
Matelândia	362	614
Medianeira	702	987
Mercedes	139	181
Missal	317	301
Nova Aurora	301	339
Nova Santa Rosa	139	248
Ouro Verde do Oeste	183	125
Palotina	662	931
Pato Bragado	77	148
Quatro Pontes	39	99
Ramilândia	204	166
Santa Helena	732	1.025
Santa Lúcia	149	178
Santa Tereza do Oeste	398	223
Santa Terezinha de Itaipu	700	711
São José das Palmeiras	220	133
São Miguel do Iguaçu	659	842
São Pedro do Iguaçu	339	248
Sertanópolis do Iguaçu	95	123
Terra Roxa	504	505
Toledo	1.781	2.345
Três Barras do Paraná	589	684
Tupãssi	305	217
Vera Cruz do Oeste	435	337
TOTAL	32.096	31.585

POPULAÇÃO TOTAL	1.219.558
-----------------	-----------

PORCENTAGEM	2,63%	2,59%
-------------	-------	-------

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IBGE.

SUDOESTE PARANAENSE		
Cidade	Até de 1/4	de 1/4 a 1/2
Ampére	646	388
Barracão	349	581
Bela Vista da Caroba	196	342
Boa Esperança do Iguaçu	120	119
Bom Jesus do Sul	267	292
Bom Sucesso do Sul	107	94
Capanema	762	886
Chopinzinho	706	887
Coronel Vivida	971	556
Cruzeiro do Iguaçu	193	118
Dois Vizinhos	961	1.100
Enéas Marques	190	213
Flor da Serra do Sul	228	394
Francisco Beltrão	2.222	2.004
Itapejara d'Oeste	454	320
Manfrinópolis	182	118
Mariópolis]	221	209
Marmeleiro	545	865
Nova Esperança do Sudoeste	225	126
Nova Prata do Iguaçu	381	485
Pato Branco	1.509	1.228
Pérola D'Oeste	276	468
Pinhal de São Bento	118	205
Planalto	673	930
Pranchita	234	219
Realeza	377	697
Renascença	244	496
Salgado Filho	211	386
Salto do Lontra	576	554
Santa Izabel do Oeste	522	491
Santo Antônio do Sudoeste	837	942
São João	396	435
São Jorge do Oeste	367	371
Saudade do Iguaçu	220	205
Sulina	185	223
Verê	351	353
Vitorino	116	136
TOTAL	17.138	18.436

POPULAÇÃO TOTAL	497.127
-----------------	---------

PORCENTAGEM	3,45%	3,71%
-------------	-------	-------

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IBGE.

CENTRO SUL PARANAENSE		
Cidade	Até de 1/4	de 1/4 a 1/2
Boa Ventura de São Roque	440	435
Campina do Simão	305	284
Candói	790	906
Cantagalo	871	687
Clevelândia	594	752
Coronel Domingos Soares	348	258
Espigão Alto do Iguaçu	220	232
Foz do Jordão	286	289
Goioxim	914	607
Guarapuava	5.980	4.567
Honório Serpa	287	315
Inácio Martins	754	601
Laranjal	467	543
Laranjeiras do Sul	1.565	1.647
Mangueirinha	813	714
Marquinho	398	496
Mato Rico	355	279
Nova Laranjeiras	759	811
Palmas	1.724	1.120
Palmital	893	983
Pinhão	1.961	1.746
Pitanga	1.800	1.607
Porto Barreiro	240	274
Quedas do Iguaçu	1.822	1.195
Reserva do Iguaçu	457	467
Rio Bonito do Iguaçu	985	879
Santa Maria do Oeste	880	852
Turvo	837	646
Virmond	196	148
TOTAL	27.941	24.340

POPULAÇÃO TOTAL	544.190
-----------------	---------

PORCENTAGEM	5,13%	4,47%
-------------	-------	-------

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IBGE.

SUDESTE PARANAENSE		
Cidade	Até de 1/4	de 1/4 a 1/2
Antonio Olinto	383	388
Bituruna	706	644
Cruz Machado	1.579	1.631
Fernandes Pinheiro	439	272
General Carneiro	576	537
Guamiranga	410	531
Imbituva	1.222	1.021
Ipiranga	650	455
Irati	1.123	1.765
Ivaí	1.025	1.033
Mallet	598	607
Paula Freitas	211	187
Paulo Frontin	272	340
Porto Vitória	195	146
Prudentópolis	3.529	3.183
Rebouças	785	816
Rio Azul	652	761
São João do Triunfo	600	704
São Mateus do Sul	1.386	1.367
Teixeira Soares	545	411
União da Vitória	1.705	1.483
TOTAL	18.591	18.282

POPULAÇÃO TOTAL	404.779
--------------------	---------

PORCENTAGEM	4,59%	4,52%
-------------	-------	-------

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IBGE.

METROPOLITANA DE CURITIBA		
Cidade	Até de 1/4	de 1/4 a 1/2
Adrianópolis	327	283
Agudos do Sul	314	434
Almirante Tamandaré	2.024	1.556
Antonina	993	577
Araucária	2.396	1.708
Balsa Nova	268	191
Bocaiúva do Sul	477	318
Campina Grande do Sul	939	554
Campo do Tenente	263	223
Campo Largo	2.387	1.834
Campo Magro	454	510
Cerro Azul	1.205	1.022
Colombo	4.056	3.021
Contenda	627	746
Curitiba	20.073	17.191
Doutor Ulysses	483	400
Fazenda Rio Grande	2.018	1.267
Guaraqueçaba	888	791
Guaratuba	1.210	784
Itaperuçu	980	514
Lapa	1.766	1.336
Mandirituba	913	880
Matinhos	679	785
Morretes	515	374
Paranaguá	3.580	2.912
Piên	364	410
Pinhais	1.573	1.420
Piraquara	2.470	1.439
Pontal do Paraná	710	565
Porto Amazonas	163	120
Quatro Barras	327	282
Quitandinha	659	898
Rio Branco do Sul	1.495	682
Rio Negro	621	607
São José dos Pinhais	3.486	3.375
Tijucas do Sul	634	566
Tunas do Paraná	246	141
TOTAL	62.583	50.716

POPULAÇÃO TOTAL	3.493.742
-----------------	-----------

PORCENTAGEM	1,79%	1,45%
-------------	-------	-------

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IBGE.

NÚMERO DE POBRES E INDIGENTES EM 2010 E O TOTAL DA POPULAÇÃO

MESORREGIÃO	INDIGENTES	POBRES	TOTAL
Centro Ocidental Paranaense	52.032	124.585	346.648
Centro Oriental Paranaense	74.429	185.074	623.356
Centro-Sul Paranaense	110.077	230.553	533.317
Metropolitana de Curitiba	192.969	487.309	3.053.313
Noroeste Paranaense	51.800	167.451	641.084
Norte Central Paranaense	119.804	348.072	1.829.068
Norte Pioneiro Paranaense	57.121	169.336	548.190
Oeste Paranaense	109.645	275.081	1.138.582
Sudeste Paranaense	67.192	148.269	377.274
Sudoeste Paranaense	57.755	138.999	472.626

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IBGE.

RENDA MÉDIA DOMICILIAR *PER CAPITA* MENSAL EM 2000 POR MESORREGIÃO

Centro Ocidental Paranaense	R\$ 395,26
MRG de Goioerê	R\$ 362,66
MRG de Campo Mourão	R\$ 427,86
Centro Oriental Paranaense	R\$ 492,48
MRG de Telêmaco Borba	R\$ 388,42
MRG de Jaguariaíva	R\$ 501,88
MRG de Ponta Grossa	R\$ 587,14
Centro-Sul Paranaense	R\$ 380,04
MRG de Pitanga	R\$ 298,56
MRG de Guarapuava	R\$ 439,18
MRG de Palmas	R\$ 402,37
Metropolitana de Curitiba	R\$ 511,03
MRG de Cerro Azul	R\$ 223,82
MRG de Lapa	R\$ 459,84
MRG de Curitiba	R\$ 922,53
MRG de Paranaguá	R\$ 542,25
MRG de Rio Negro	R\$ 406,69
Noroeste Paranaense	R\$ 469,15
MRG de Paranavaí	R\$ 457,96
MRG de Umuarama	R\$ 457,04
MRG de Cianorte	R\$ 492,46
Norte Central Paranaense	R\$ 520,64
MRG de Astorga	R\$ 464,06
MRG de Porecatu	R\$ 484,04
MRG de Floráí	R\$ 482,13
MRG de Maringá	R\$ 738,28
MRG de Apucarana	R\$ 549,10
MRG de Londrina	R\$ 768,00
MRG de Faxinal	R\$ 356,64
MRG de Ivaiporã	R\$ 322,89
Norte Pioneiro Paranaense	R\$ 409,66
MRG de Assaí	R\$ 363,67
MRG de Cornélio Procópio	R\$ 461,12
MRG de Jacarezinho	R\$ 497,76
MRG de Ibaiti	R\$ 337,72
MRG de Wenceslau Braz	R\$ 388,01
Oeste Paranaense	R\$ 580,29
MRG de Toledo	R\$ 566,57
MRG de Cascavel	R\$ 577,73
MRG de Foz do Iguaçu	R\$ 596,58
Sudeste Paranaense	R\$ 380,74
MRG de Prudentópolis	R\$ 307,99
MRG de Irati	R\$ 377,67
MRG de União da Vitória	R\$ 429,65
MRG de São Mateus do Sul	R\$ 407,66
Sudoeste Paranaense	R\$ 480,05
MRG de Capanema	R\$ 426,29
MRG de Francisco Beltrão	R\$ 458,69
MRG de Pato Branco	R\$ 555,18

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do IparDES.

RENDA MÉDIA DOMICILIAR *PER CAPITA* MENSAL EM 2010 POR MESORREGIÃO

Centro Ocidental Paranaense	R\$ 637,69
MRG de Goioerê	594,72
MRG de Campo Mourão	680,66
Centro Oriental Paranaense	R\$ 656,10
MRG de Telêmaco Borba	564,57
MRG de Jaguariaíva	598,17
MRG de Ponta Grossa	805,57
Centro-Sul Paranaense	R\$ 542,82
MRG de Pitanga	472,03
MRG de Guarapuava	592,45
MRG de Palmas	563,97
Metropolitana de Curitiba	R\$ 681,17
MRG de Cerro Azul	345,23
MRG de Lapa	594,18
MRG de Curitiba	1.182,67
MRG de Paranaguá	715,58
MRG de Rio Negro	568,19
Noroeste Paranaense	R\$ 694,92
MRG de Paranavaí	677,82
MRG de Umuarama	684,53
MRG de Cianorte	722,42
Norte Central Paranaense	R\$ 735,32
MRG de Astorga	706,27
MRG de Porecatu	649,24
MRG de Floráí	676,25
MRG de Maringá	996,22
MRG de Apucarana	779,93
MRG de Londrina	954,51
MRG de Faxinal	580,16
MRG de Ivaiporã	539,98
Norte Pioneiro Paranaense	R\$ 620,08
MRG de Assaí	559,93
MRG de Cornélio Procopio	641,66
MRG de Jacarezinho	710,09
MRG de Ibaiti	622,27
MRG de Wenceslau Braz	566,47
Oeste Paranaense	R\$ 816,77
MRG de Toledo	802,5
MRG de Cascavel	857,69
MRG de Foz do Iguaçu	790,12
Sudeste Paranaense	R\$ 564,78
MRG de Prudentópolis	502,27
MRG de Irati	628,54
MRG de União da Vitória	550,89
MRG de São Mateus do Sul	577,41
Sudoeste Paranaense	R\$ 733,56
MRG de Capanema	637,3
MRG de Francisco Beltrão	748,23
MRG de Pato Branco	815,15

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do Ipadres.